

Relatório e Contas 2010

Volume 2

Millenniumbcp Ageas
GRUPO SEGUADOR

**Demonstrações
Financeiras
Consolidadas**

Relatório e Contas 2010

Volume 2

Millenniumbcp Ageas
GRUPO SEGUADOR

**Demonstrações
Financeiras
Consolidadas**

I. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	Conteúdo
Demonstração dos resultados consolidados	6
Demonstração do rendimento integral	7
Balanço consolidado	8
Demonstração das alterações no capital próprio consolidado	9
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	9
II NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
II.1 Políticas contabilísticas	12
II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	29
II.3 Reporte por segmentos	32
II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados	34
Nota 1 Prémios adquiridos líquidos de resseguro	34
Nota 2 Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	35
Nota 3 Custos com sinistros, líquidos de resseguro	36
Nota 4 Variação da Provisão matemática e outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	37
Nota 5 Custos e gastos de exploração líquidos	38
Nota 6 Rendimentos	39
Nota 7 Gastos financeiros	39
Nota 8 Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	40
Nota 9 Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	40
Nota 10 Diferenças de câmbio	41
Nota 11 Imparidade de outros activos (líquidas de reversões) e variação de outras provisões	41
Nota 12 Outros rendimentos/gastos técnicos e não técnicos, líquidos de resseguro	41
Nota 13 Custos e gastos por natureza a imputar	42
II.5 Notas ao balanço consolidado	
Nota 14 Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	43
Nota 15 Activos financeiros detidos para negociação	44
Nota 16 Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	44
Nota 17 Activos financeiros disponíveis para venda	45
Nota 18 Empréstimos e contas a receber	46

Conteúdo

Nota 19	Terrenos e edifícios de rendimento	46
Nota 20	Outros activos tangíveis	46
Nota 21	<i>Goodwill</i> e outros activos intangíveis	47
Nota 22	Provisões técnicas, líquidas de resseguro	49
Nota 23	Benefícios a empregados	52
Nota 24	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56
Nota 25	Impostos correntes e Impostos diferidos	57
Nota 26	Acréscimos e diferimentos	59
Nota 27	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	59
Nota 28	Outros passivos financeiros	59
Nota 29	Outros credores por operações de seguros e outras operações	60
Nota 30	Acréscimos e diferimentos	61
Nota 31	Outras provisões	61
II.6	Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado	62
Nota 32	Capital, reserva legal, resultados transitados e reserva de justo valor	62
II.7	Informação adicional ao reporte por segmentos	64
Nota 33	Conta técnica Não Vida por ramo	64
Nota 34	Conta técnica Vida por produto	64
II.8	Outras notas	
Nota 35	Transacções com partes relacionadas	65
Nota 36	Activos sob gestão	66
Nota 37	Gestão de riscos	66
Nota 38	Justo valor	87
Nota 39	Passivos contingentes e compromissos	87
Nota 40	Demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	88
Nota 41	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	89
III	RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	93
IV	RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	97

I Demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

EUR	NOTA	2010				2009			
		Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	Técnica Vida	Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1	1.112.807.192	194.389.295	-	1.307.196.487	1.144.021.231	178.935.779	-	1.322.957.010
· Prémios brutos emitidos		1.137.887.756	230.717.121	-	1.368.604.877	1.167.721.331	213.500.350	-	1.381.221.681
· Prémios de resseguro cedido		(25.080.564)	(37.188.045)	-	(62.268.609)	(23.700.100)	(34.985.728)	-	(58.685.828)
· Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	2.222.544	-	2.222.544	-	1.259.930	-	1.259.930
· Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	(1.362.325)	-	(1.362.325)	-	(838.773)	-	(838.773)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2	64.321.622	-	-	64.321.622	59.379.110	-	-	59.379.110
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3	(577.918.164)	(138.190.202)	-	(716.108.366)	(475.928.282)	(124.457.569)	-	(600.385.851)
· Montantes pagos		(582.041.753)	(135.021.215)	-	(717.062.968)	(468.197.676)	(119.639.763)	-	(587.837.439)
Montantes brutos		(593.649.859)	(147.633.888)	-	(741.283.747)	(482.409.220)	(126.404.272)	-	(608.813.492)
Parte dos resseguradores		11.608.106	12.612.673	-	24.220.779	14.211.544	6.764.509	-	20.976.053
· Provisão para sinistros (variação)		4.123.589	(3.168.987)	-	954.602	(7.730.606)	(4.817.806)	-	(12.548.412)
Parte dos resseguradores		4.123.589	(5.043.941)	-	(920.352)	(8.209.461)	(4.325.040)	-	(12.534.501)
Parte dos resseguradores		-	1.874.954	-	1.874.954	478.855	(492.766)	-	(13.911)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	-	(1.645.240)	-	(1.645.240)	-	(663.494)	-	(663.494)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	4	(505.734.090)	-	-	(505.734.090)	(642.205.016)	-	-	(642.205.016)
· Montante bruto		(505.778.061)	-	-	(505.778.061)	(642.366.106)	-	-	(642.366.106)
· Parte dos resseguradores		43.971	-	-	43.971	161.090	-	-	161.090
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	(58.196.833)	(598.724)	-	(58.795.557)	(45.321.586)	(428.564)	-	(45.750.150)
Custos e gastos de exploração líquidos	5	(69.678.969)	(45.567.441)	-	(115.246.410)	(58.873.096)	(36.009.791)	-	(94.882.887)
· Custos de aquisição		(61.129.705)	(35.020.346)	-	(96.150.051)	(49.902.717)	(28.086.362)	-	(77.989.079)
· Custos de aquisição diferidos (variação)		-	575.769	-	575.769	-	132.717	-	132.717
· Gastos administrativos		(18.609.345)	(25.212.004)	-	(43.821.349)	(16.141.382)	(21.750.685)	-	(37.892.067)
· Comissões e participação nos resultados de resseguro		10.060.081	14.089.140	-	24.149.221	7.171.003	13.694.539	-	20.865.542
Rendimentos	6	211.096.704	4.130.876	14.013.984	229.241.564	176.152.429	4.793.710	24.821.380	205.767.519
· De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		211.096.704	4.130.876	14.081.484	229.309.064	176.266.008	4.793.710	24.466.450	205.526.168
· Outros		-	-	(67.500)	(67.500)	(113.579)	-	354.930	241.351
Gastos financeiros	7	(23.867.406)	(781.500)	(868.018)	(25.516.924)	(32.819.049)	(920.525)	(1.719.186)	(35.458.760)
· De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(21.360.143)	(762.326)	(677.762)	(22.800.231)	(24.883.252)	(711.452)	(156.864)	(25.751.568)
· De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		(2.507.263)	(19.174)	(190.256)	(2.716.693)	(7.935.797)	(209.073)	(1.562.322)	(9.707.192)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	8	(6.261.179)	879.946	1.841.833	(3.539.400)	(606.631)	25.594	(4.473.017)	(5.054.054)
· De activos disponíveis para venda		(6.261.814)	879.946	1.841.833	(3.540.035)	(712.360)	25.594	(4.473.017)	(5.159.783)
· De empréstimos e contas a receber		635	-	-	635	105.729	-	-	105.729
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	9	3.443.048	-	1.531.752	4.974.800	420.375	(12.161)	1.866.991	2.275.205
· Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação		120.353.919	-	-	120.353.919	116.706.689	(12.161)	(2.136)	116.692.392
· Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		(116.910.871)	-	1.531.752	(115.379.119)	(116.286.314)	-	1.869.127	(114.417.187)
Diferenças de câmbio	10	(46.451)	363	10.240	(35.848)	(578.571)	(3.447)	5.409	(576.609)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	11	-	-	242.443	242.443	(633.276)	-	(923.827)	(1.557.103)
· De outros		-	-	242.443	242.443	(633.276)	-	(923.827)	(1.557.103)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	12	(28.125.666)	144.861	-	(27.980.805)	(40.061.090)	109.651	-	(39.951.439)
Outras provisões (variação)	11	-	-	(150.000)	(150.000)	-	-	214.588	214.588
Outros rendimentos/gastos	12	-	-	8.893.582	8.893.582	-	-	8.036.605	8.036.605
Resultado líquido antes de impostos		121.839.808	12.762.234	25.515.816	160.117.858	82.946.548	21.369.183	27.828.943	132.144.674
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	25	-	-	(9.145.976)	(9.145.976)	-	-	(52.517.855)	(52.517.855)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	25	-	-	(36.874.835)	(36.874.835)	-	-	17.159.353	17.159.353
Resultado líquido do exercício		121.839.808	12.762.234	(20.504.995)	114.097.047	82.946.548	21.369.183	(7.529.559)	96.786.172

DEMONSTRAÇÃO DE RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EUR	2010	2009
Resultado líquido do exercício	114.097.047	96.786.172
Alterações de justo valor, líquidas de impostos		
· Reservas de reavaliação, bruto	(388.812.237)	133.932.876
· Impostos diferidos e correntes	99.761.452	(35.588.363)
	(289.050.785)	98.344.513
· Efeito participação resultados a atribuir ("shadow"), bruto	42.214.458	(39.781.531)
· Impostos diferidos e correntes	(11.186.831)	10.542.105
	31.027.627	(29.239.426)
Demonstração do rendimento integral do ano	(143.926.111)	165.891.259

I
Demonstrações
Financeiras
Consolidadas

I

Demonstrações

Financeiras

Consolidadas

BALANÇO CONSOLIDADO

EUR	NOTA	2010	2009
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	14	154.979.246	239.238.743
Activos financeiros detidos para negociação	15	198.985.675	165.754.234
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16	5.856.920.092	5.897.547.280
Activos disponíveis para venda	17	5.947.958.676	5.540.652.344
Empréstimos e contas a receber	18	301.050.166	779.587.877
· Depósitos junto de empresas cedentes		-	295
· Outros depósitos		301.050.166	779.587.582
Terrenos e edifícios de rendimento	19	5.588.781	5.832.882
Outros activos tangíveis	20	1.232.486	1.287.316
Inventários		18.650	19.950
Goodwill	21	315.740.469	315.740.469
Outros activos intangíveis	21	242.895.637	270.997.609
Provisões técnicas de resseguro cedido	22	22.102.429	22.024.445
· Provisão para prémios não adquiridos		12.135.992	13.498.317
· Provisão matemática do ramo vida		724.921	680.950
· Provisão para sinistros		9.241.516	7.845.178
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	1.538.074	1.543.016
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	24	45.529.193	48.939.751
· Contas a receber por operações de seguro directo		15.947.026	33.001.306
· Contas a receber por outras operações de resseguro		9.445.159	6.544.737
· Contas a receber por outras operações		20.137.008	9.393.708
Activos por impostos	25	127.665.878	25.410.665
· Activos por impostos correntes		59.031.961	24.728.356
· Activos por impostos diferidos		68.633.917	682.309
Acréscimos e diferimentos	26	1.074.816	184.881
Total activo		13.223.280.268	13.314.761.462
Provisões técnicas	22	5.673.278.628	5.159.652.705
· Provisão para prémios não adquiridos		42.234.510	45.032.823
· Provisão matemática do ramo vida		5.435.959.031	4.884.699.808
· Provisão para sinistros		128.958.705	128.390.156
De vida		39.052.200	43.135.694
De acidentes de trabalho		18.333.215	17.888.602
De outros ramos		71.573.290	67.365.860
· Provisão para participação nos resultados		61.079.340	98.128.116
· Provisão para desvios de sinistralidade		761.354	727.721
· Provisão para riscos em curso		4.285.688	2.674.081
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27	6.018.205.238	6.044.647.299
Outros passivos financeiros	28	230.631.651	576.538.419
· Depósitos recebidos de resseguradores		17.056.662	18.259.206
· Outros		213.574.989	558.279.213
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	148.009	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	29	54.474.067	123.913.055
· Contas a pagar por operações de seguro directo		22.200.359	22.441.114
· Contas a pagar por outras operações de resseguro		5.679.450	6.849.832
· Contas a pagar por outras operações		26.594.258	94.622.109
Passivos por impostos	25	76.288.299	98.458.787
· Passivos por impostos correntes		7.047.114	45.469.423
· Passivos por impostos diferidos		69.241.185	52.989.364
Acréscimos e diferimentos	30	15.043.130	19.873.928
Outras Provisões	31	10.126.789	2.666.701
Total passivo		12.078.195.811	12.025.750.894
Capital		1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas de reavaliação		(305.632.648)	40.965.131
Reserva por impostos diferidos e correntes		77.718.861	(10.855.760)
Outras reservas		7.621.014	6.708.628
Resultados transitados		251.277.808	155.404.022
Resultado do exercício		114.097.047	96.786.172
Total capital próprio	32	1.145.084.457	1.289.010.568
Total passivo e capital próprio		13.223.280.268	13.314.761.462
Resultados por acção		0,6	0,5

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

EUR	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO							Total do capital próprio
	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	
Saldos 1 de Janeiro de 2009	1.000.002.375	(53.186.214)	14.190.498	(38.995.716)	5.997.679	127.687.774	28.427.197	1.123.119.309
Transferência de resultados	-	-	-	-	710.949	27.716.248	(28.427.197)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	133.932.876	(35.588.363)	98.344.513	-	-	-	98.344.513
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	-	(39.781.531)	10.542.105	(29.239.426)	-	-	-	(29.239.426)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.786.172	96.786.172
Saldos 31 de Dezembro de 2009	1.000.002.375	40.965.131	(10.855.760)	30.109.371	6.708.628	155.404.022	96.786.172	1.289.010.568
Transferência de resultados	-	-	-	-	912.386	95.873.786	(96.786.172)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(388.812.237)	99.761.452	(289.050.785)	-	-	-	(289.050.785)
Efeito participação resultados a atribuir ("shadow")	-	42.214.458	(11.186.831)	31.027.627	-	-	-	31.027.627
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	114.097.047	114.097.047
Saldos 31 de Dezembro de 2010	1.000.002.375	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	7.621.014	251.277.808	114.097.047	1.145.084.457

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

EUR	2010	2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	114.097.047	96.786.172
<i>Ajustamentos por:</i>		
· Depreciações e amortizações do exercício	30.516.735	42.287.722
· Variação nas provisões técnicas	513.625.923	734.501.775
· Variação dos passivos decorrentes de contratos de investimento	(26.442.061)	727.606.058
· Variação de provisões	7.460.088	264.029
· Variação de provisões técnicas de resseguro cedido	(77.984)	43.369.218
· Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(242.443)	1.557.103
· Variação nos impostos diferidos activos / passivos	(124.425.701)	27.863.558
<i>Variações nos activos e passivos operacionais</i>		
· Activos e passivos financeiros detidos para negociação	(33.231.441)	(92.438.307)
· Empréstimos concedidos e contas a receber	478.537.711	(133.228.308)
· Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.653.001	(10.126.064)
· Outros activos e passivos	(5.567.782)	11.707.848
· Outros passivos financeiros	(345.906.768)	19.059.716
· Outros credores por operações de seguros e outras operações	(69.438.988)	63.668.155
	542.557.337	1.532.878.675
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variações nos activos financeiros ao justo valor através de resultados	40.627.188	(625.701.718)
Variações nos activos financeiros disponíveis para venda	(665.329.490)	(1.025.544.881)
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(2.114.532)	(2.189.585)
	(626.816.834)	(1.653.436.184)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(84.259.497)	(120.557.509)
Caixa e equivalentes no início do período	239.238.743	359.796.252
Caixa e equivalentes no final do período	154.979.246	239.238.743

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.1 Políticas contabilísticas

A) BASES DE APRESENTAÇÃO

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Grupo'), é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objectivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efectivação do contrato. As acções foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril de 2007, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de Dezembro e a Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de Dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho do dia 21 de Fevereiro de 2011.

Em 2010 o Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 42. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente a todas as empresas do Grupo e para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em Euros. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

B) BASES DE CONSOLIDAÇÃO

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

As demonstrações financeiras consolidadas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. ('Companhia mãe') incluem as contas da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., e das suas subsidiárias ('Grupo').

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse que não concorda no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais (“step acquisition”) que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação eram as seguintes:

Subsidiárias	% de participação	Actividade económica
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	100%	Seguros
Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	100%	Seguros de vida
Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos Pensões, S.A.	100%	Gestão de fundos de Pensões
Médís – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	100%	Seguros de Saúde

Goodwill e VOB

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de Janeiro de 2010, o registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados.

O “goodwill” positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

O “goodwill” resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o “goodwill” apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do “goodwill” das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de Dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de “goodwill”. Após 1 de Janeiro de 2010, o “goodwill” não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

C) CONTRATOS DE SEGURO E DE INVESTIMENTO

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pro-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro (*unit linked*) emitidos pelo Grupo que apenas transferem risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros. Os passivos correspondem ao valor da unidade de participação, deduzido das comissões de gestão, comissões de resgate e quaisquer penalizações.

Os contratos *unit linked* detidos pelo Grupo são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados, o qual depende do justo valor dos activos financeiros, derivados e/ou propriedades de investimento que integram o fundo de investimento colectivo *unit linked*. São utilizadas técnicas de valorização para determinar o justo valor à data de emissão e em cada data de balanço. O justo valor do passivo financeiro é determinado através das unidades de participação, que reflectem o justo valor dos activos que integram cada fundo de investimento, multiplicado pelo número de unidades de participação atribuíveis a cada tomador de seguro à data de balanço.

Os investimentos *unit linked* dizem respeito a contratos ligados a fundos de investimento colectivo *unit linked* subscritos através de unidades de participação, sendo a totalidade dos rendimentos dos respectivos fundos autónomos atribuíveis ao tomador de seguro. Os investimentos são valorizados ao justo valor através de resultados. Os passivos por contratos *unit linked* representam o valor capitalizado dos prémios recebidos à data de balanço, incluindo o justo valor de quaisquer garantias ou derivados embutidos.

D) CUSTOS DE AQUISIÇÃO

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data

do balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

E) PROVISÕES TÉCNICAS

Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pelo Grupo com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

Provisão para envelhecimento

A provisão para envelhecimento corresponde ao valor actual dos compromissos futuros do Grupo, decorrentes de contratos de saúde, após dedução do valor actual dos prémios futuros. A provisão é calculada apenas para os contratos com duração superior a um ano e com prémios nivelados.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*Shadow accounting*)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade (ver nota 22).

F) ACTIVOS FINANCEIROS

Classificação

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus activos financeiros no início da transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- › Activos financeiros ao justo valor através dos resultados – Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro.
- › Activos financeiros disponíveis para venda – Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.

- › Empréstimos concedidos e contas a receber – Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“*trade date*”), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“*bid-price*”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 – Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, “*Loans and Receivables*” ou para activos financeiros detidos até à maturidade (“*Held-to-maturity*”), desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. O Grupo não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, que corresponde à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“*trade date*”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“*discounted cash flows*”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado. Os instrumentos financeiros derivados para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Derivados embutidos

Os derivativos que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivativos embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas nos resultados.

G) PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivativos incluem valores a pagar a tomadores de seguro, resseguradores e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

H) COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

I) ACORDOS DE RECOMPRA

Os investimentos vendidos com acordo de recompra a um preço previamente definido não são desreconhecidos e são reavaliados de acordo com a política contabilística para outros activos detidos para negociação ou disponíveis para venda, conforme seja apropriado. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como dívidas para com instituições financeiras.

A diferença entre as condições de venda e as de recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

J) RESSEGURO

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de um risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados na rubrica de empréstimos como activos ou passivos financeiros relacio-

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

nados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

A Millenniumbcp Ageas aceita e/ou cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os valores relacionados com o resseguro são apresentados no balanço consolidado pelo seu valor líquido, excepto quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

K) OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

L) ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos activos tangíveis são calculadas de acordo com o método linear durante a vida útil esperada, como segue:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	25
Equipamento administrativo	8
Equipamento informático	3 a 5
Máquinas, aparelhos e ferramentas	5 a 7
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

M) ACTIVOS INTANGÍVEIS

O valor do negócio adquirido (*Value of Business Acquired – VOBA*) é reconhecido como um activo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas. O VOBA corresponde ao valor actual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 5 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo enquanto estiverem directamente afectos aos projectos. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

N) PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O Grupo classifica como propriedades de investimento os edifícios arrendados.

As propriedades de investimento do Grupo encontram-se valorizadas ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade. As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, até ao seu valor residual no final da sua vida estimada.

Quando existe indicação de que uma propriedade de investimento possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de uma propriedade de investimento exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimento são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo em montante superior ao valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que originalmente se esperam vir a obter do uso continuado da propriedade de investimento.

O) LOCAÇÕES

A Millenniumbcp Ageas classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras – como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

P) CAIXA E DISPONIBILIDADES

Caixa e disponibilidades englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Q) PROVISÕES

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

R) RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

S) RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- › Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- › Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

T) BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Plano de benefício definido

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (“CCT”).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT – Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)."

As obrigações com pensões de reforma do Grupo estavam, até Agosto de 2010, cobertas por um único fundo de pensões denominado de “Fundo de Pensões do Grupo BCP”, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionamento em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar). Desde essa data, os activos e passivos associados ao Grupo foram transferidos para um fundo de pensões autónomo designado “Fundo de Pensões Aberto- Horizonte Valorização”.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pelo Grupo, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do “*unwinding*” dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste calculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são impu-

tados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições de cada uma das Companhias do Grupo para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte o Grupo avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Benefícios de saúde

O Grupo assumiu a responsabilidade de assistência médica vitalícia. O direito a este benefício está condicionado à permanência do colaborador no Grupo até à idade da reforma e ao cumprimento de um período de serviço mínimo.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades do Grupo com a assistência médica vitalícia, é semelhante à mensuração e reconhecimento das responsabilidades com pensões acima descritas.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Sistema de incentivos baseado em acções

À data de 31 de Dezembro de 2010, não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

U) IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

V) REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e benefícios específicos diferentes de outros segmentos de operacionais.

O Grupo encontra-se estruturado de acordo com as seguintes áreas de negócio:

- › Seguros de Vida e Pensões
- › Seguros Não Vida

No que respeita ao segmento Seguros de Vida e Pensões, a informação encontra-se desagregada pelas seguintes linhas de negócio: i) contratos de seguro: vida tradicional, ii) contratos de investimento (no âmbito do IFRS 4): contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e iii) contratos de investimento (no âmbito do IAS 39): contratos *unit-linked*. O sub-segmento Pensões está relacionado com a gestão de fundos de pensões, não tendo impacto na margem técnica do negócio de seguros do segmento.

O segmento Seguros Não Vida, inclui as seguintes linhas de negócio: Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Automóvel e Outras linhas de negócio.

X) RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota II.1 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais, rendas e acidentes e doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão matemática de contratos vida, (2) provisão para participação nos resultados, (3) provisão para prémios não adquiridos, (4) provisão para riscos em curso, (5) provisão para envelhecimento, (6) teste de adequação das responsabilidades, (7) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas e (8) provisão para participação nos resultados a atribuir.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. O Grupo regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado ao Grupo. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas do Grupo, 25% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando, as incertezas quanto à determinação do valor de recuperação líquido dos activos tangíveis e intangíveis pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos distintos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados do Grupo.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos podem ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo durante um período de quatro anos. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Goodwill

Anualmente, o Grupo efectua uma avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação, tendo por base o valor de uso ou o justo valor dos investimentos financeiros detidos. De acordo com a IAS 36, o valor de uso deverá ser determinado com base numa avaliação dos fluxos de caixa estimados futuros, utilizando toda a informação disponível, o que requer a utilização de julgamento.

Os pressupostos utilizados para a avaliação do valor recuperável das diferenças de consolidação podem alterar-se em face das alterações das condições económicas e de mercado.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.3 Reporte por segmentos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

EUR	2010			2009		
	Vida e Pensões	Não vida	Total Vida e Pensões	Não vida	Total	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	1.112.807.192	194.389.295	1.307.196.487	1.144.021.231	178.935.779	1.322.957.010
- Prêmios brutos emitidos	1.137.887.756	230.717.121	1.368.604.877	1.167.721.331	213.500.350	1.381.221.681
- Prêmios de resseguro cedido	(25.080.564)	(37.188.045)	(62.268.609)	(23.700.100)	(34.985.728)	(58.685.828)
- Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	-	2.222.544	2.222.544	-	1.259.930	1.259.930
- Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(1.362.325)	(1.362.325)	-	(838.773)	(838.773)
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	64.321.622	-	64.321.622	59.379.110	-	59.379.110
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(577.918.164)	(138.190.202)	(716.108.366)	(475.928.283)	(124.457.568)	(600.385.851)
- Montantes pagos	(582.041.753)	(135.021.215)	(717.062.968)	(468.197.676)	(119.639.763)	(587.837.439)
Montantes brutos	(593.649.859)	(147.633.888)	(741.283.747)	(482.409.220)	(126.404.272)	(608.813.492)
Parte dos resseguradores	11.608.106	12.612.673	24.220.779	14.211.544	6.764.509	20.976.053
- Provisão para sinistros (variação)	4.123.589	(3.168.987)	954.602	(7.730.607)	(4.817.805)	(12.548.412)
Parte dos resseguradores	4.123.589	(5.043.942)	(920.353)	(8.209.461)	(4.325.040)	(12.534.501)
Parte dos resseguradores	-	1.874.955	1.874.955	478.854	(492.765)	(13.911)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	(1.645.240)	(1.645.240)	-	(663.494)	(663.494)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(505.734.090)	-	(505.734.090)	(642.205.016)	-	(642.205.016)
- Montante bruto	(505.778.061)	-	(505.778.061)	(642.366.106)	-	(642.366.106)
- Parte dos resseguradores	43.971	-	43.971	161.090	-	161.090
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(58.196.833)	(598.724)	(58.795.557)	(45.321.586)	(428.564)	(45.750.150)
Custos e gastos de exploração líquidos	(69.678.969)	(45.567.441)	(115.246.410)	(58.873.096)	(36.009.791)	(94.882.887)
- Custos de aquisição	(61.129.705)	(35.020.346)	(96.150.051)	(49.902.717)	(28.086.362)	(77.989.079)
- Custos de aquisição diferidos (variação)	-	575.769	575.769	-	132.717	132.717
- Gastos administrativos	(18.609.345)	(25.212.004)	(43.821.349)	(16.141.382)	(21.750.685)	(37.892.067)
- Comissões e participação nos resultados de resseguro	10.060.081	14.089.140	24.149.221	7.171.003	13.694.539	20.865.542
Rendimentos	224.234.375	5.007.189	229.241.564	199.837.436	5.930.083	205.767.519
- De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	224.301.875	5.007.189	229.309.064	199.596.085	5.930.083	205.526.168
- Outros	(67.500)	-	(67.500)	241.351	-	241.351
Gastos financeiros	(24.381.236)	(1.135.688)	(25.516.924)	(34.347.715)	(1.111.045)	(35.458.760)
- De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(21.683.717)	(1.116.514)	(22.800.231)	(24.887.830)	(863.738)	(25.751.568)
- De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.697.519)	(19.174)	(2.716.693)	(9.459.885)	(247.307)	(9.707.192)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(4.418.979)	879.579	(3.539.400)	(5.556.813)	502.759	(5.054.054)
- De activos disponíveis para venda	(4.419.614)	879.579	(3.540.035)	(5.662.542)	502.759	(5.159.783)
- De empréstimos e contas a receber	635	-	635	105.729	-	105.729
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	4.974.800	-	4.974.800	2.289.502	(14.297)	2.275.205
- Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	120.353.919	-	120.353.919	116.706.689	(14.297)	116.692.392
- Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(115.379.119)	-	(115.379.119)	(114.417.187)	-	(114.417.187)
Diferenças de câmbio	(36.211)	363	(35.848)	(578.571)	1.962	(576.609)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	66.167	176.276	242.443	(1.317.040)	(240.063)	(1.557.103)
- De outros	66.167	176.276	242.443	(1.317.040)	(240.063)	(1.557.103)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	(28.125.666)	144.861	(27.980.805)	(40.061.093)	109.654	(39.951.439)
Outras provisões (variação)	(150.000)	-	(150.000)	-	214.588	214.588
Outros rendimentos/gastos	7.646.233	1.247.349	8.893.582	7.910.436	126.169	8.036.605
Resultado líquido antes de impostos	145.410.241	14.707.617	160.117.858	109.248.502	22.896.172	132.144.674
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos correntes	(2.654.888)	(6.491.088)	(9.145.976)	(45.941.810)	(6.576.045)	(52.517.855)
Imposto sobre o rendimento do exercício – Impostos diferidos	(38.999.232)	2.124.397	(36.874.835)	17.048.655	110.698	17.159.353
Resultado líquido do exercício	103.756.121	10.340.926	114.097.047	80.355.347	16.430.825	96.786.172

BALANÇO CONSOLIDADO

EUR	2010				2009			
	Vida e Pensões	Não vida	ICO	Total	Vida e Pensões	Não vida	ICO	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	137.535.739	17.443.507	-	154.979.246	215.933.707	23.305.036	-	239.238.743
Activos financeiros detidos para negociação	198.985.675	-	-	198.985.675	165.754.234	-	-	165.754.234
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.856.920.092	-	-	5.856.920.092	5.897.547.280	-	-	5.897.547.280
Activos disponíveis para venda	5.791.867.846	156.090.830	-	5.947.958.676	5.388.317.890	152.334.454	-	5.540.652.344
Empréstimos e contas a receber	270.543.370	30.506.796	-	301.050.166	745.633.912	33.953.965	-	779.587.877
Depósitos de empresas cedentes	-	-	-	-	-	295	-	295
Outros depósitos	270.543.370	30.506.796	-	301.050.166	745.633.912	33.953.670	-	779.587.582
Terrenos e edifícios de rendimento	5.588.781	-	-	5.588.781	5.832.882	-	-	5.832.882
Outros activos tangíveis	1.125.959	106.527	-	1.232.486	1.154.896	132.420	-	1.287.316
Inventários	-	18.650	-	18.650	-	19.950	-	19.950
Goodwill	247.487.477	68.252.992	-	315.740.469	247.487.477	68.252.992	-	315.740.469
Outros activos intangíveis	242.825.648	69.989	-	242.895.637	270.921.899	75.710	-	270.997.609
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.766.856	20.335.573	-	22.102.429	1.722.885	20.301.560	-	22.024.445
Provisão para prémios não adquiridos	-	12.135.992	-	12.135.992	-	13.498.317	-	13.498.317
Provisão matemática do ramo vida	724.921	-	-	724.921	680.950	-	-	680.950
Provisão para sinistros	1.041.935	8.199.581	-	9.241.516	1.041.935	6.803.243	-	7.845.178
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	764.192	773.882	-	1.538.074	882.746	660.270	-	1.543.016
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.710.897	66.618.296 (44.800.000)	-	45.529.193	29.470.827	62.468.924 (43.000.000)	-	48.939.751
Contas a receber por operações de seguro directo	6.029.908	9.917.118	-	15.947.026	20.901.359	12.099.947	-	33.001.306
Contas a receber por outras operações de resseguro	368.155	9.077.004	-	9.445.159	98.482	6.446.255	-	6.544.737
Contas a receber por outras operações	17.312.834	47.624.174 (44.800.000)	-	20.137.008	8.470.986	43.922.722 (43.000.000)	-	9.393.708
Activos por impostos	122.240.749	5.425.129	-	127.665.878	24.728.349	682.316	-	25.410.665
Activos por impostos correntes	59.020.951	11.010	-	59.031.961	24.728.349	7	-	24.728.356
Activos por impostos diferidos	63.219.798	5.414.119	-	68.633.917	-	682.309	-	682.309
Acréscimos e diferimentos	11.676	1.063.140	-	1.074.816	171.415	13.466	-	184.881
Total activo	12.901.374.957	366.705.311 (44.800.000)	-	13.223.280.268	12.995.560.399	362.201.063 (43.000.000)	-	13.314.761.462
Provisões técnicas	5.535.574.180	137.704.448	-	5.673.278.628	5.025.477.226	134.175.479	-	5.159.652.705
Provisão para prémios não adquiridos	-	42.234.510	-	42.234.510	-	45.032.823	-	45.032.823
Provisão matemática do ramo vida	5.435.959.031	-	-	5.435.959.031	4.884.699.808	-	-	4.884.699.808
Provisão para sinistros	39.052.200	89.906.505	-	128.958.705	43.135.694	85.254.462	-	128.390.156
De vida	39.052.200	-	-	39.052.200	43.135.694	-	-	43.135.694
De acidentes de trabalho	-	18.333.215	-	18.333.215	-	17.888.602	-	17.888.602
De outros ramos	-	71.573.290	-	71.573.290	-	67.365.860	-	67.365.860
Provisão para participação nos resultados	60.562.949	516.391	-	61.079.340	97.641.724	486.392	-	98.128.116
Provisão para desvios de sinistralidade	-	761.354	-	761.354	-	727.721	-	727.721
Provisão para riscos em curso	-	4.285.688	-	4.285.688	-	2.674.081	-	2.674.081
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.018.205.238	-	-	6.018.205.238	6.044.647.299	-	-	6.044.647.299
Outros passivos financeiros	221.831.130	8.800.521	-	230.631.651	558.465.643	18.072.776	-	576.538.419
Depósitos recebidos de resseguradores	8.256.141	8.800.521	-	17.056.662	8.082.733	10.176.473	-	18.259.206
Outros	213.574.989	-	-	213.574.989	550.382.910	7.896.303	-	558.279.213
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	148.009	-	148.009	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	87.384.110	11.889.957 (44.800.000)	-	54.474.067	154.889.349	12.023.706 (43.000.000)	-	123.913.055
Contas a pagar por operações de seguro directo	14.793.804	7.406.555	-	22.200.359	14.997.947	7.443.167	-	22.441.114
Contas a pagar por outras operações de resseguro	2.702.789	2.976.661	-	5.679.450	4.027.444	2.822.388	-	6.849.832
Contas a pagar por outras operações	69.887.517	1.506.741 (44.800.000)	-	26.594.258	135.863.958	1.758.151 (43.000.000)	-	94.622.109
Passivos por impostos	72.417.719	3.870.580	-	76.288.299	94.633.745	3.825.042	-	98.458.787
Passivos por impostos correntes	3.176.534	3.870.580	-	7.047.114	41.644.381	3.825.042	-	45.469.423
Passivos por impostos diferidos	69.241.185	-	-	69.241.185	52.989.364	-	-	52.989.364
Acréscimos e diferimentos	10.078.241	4.964.889	-	15.043.130	15.074.272	4.799.656	-	19.873.928
Outras Provisões	3.023.397	7.103.392	-	10.126.789	1.725.941	940.760	-	2.666.701
Total passivo	11.948.514.015	174.481.796 (44.800.000)	-	12.078.195.811	11.894.913.475	173.837.419 (43.000.000)	-	12.025.750.894
Capital	889.997.375	110.005.000	-	1.000.002.375	889.997.375	110.005.000	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	(297.673.909)	(7.958.739)	-	(305.632.648)	39.835.403	1.129.728	-	40.965.131
Reserva por impostos diferidos e correntes	75.410.827	2.308.034	-	77.718.861	(10.556.382)	(299.378)	-	(10.855.760)
Outras reservas	5.042.304	2.578.710	-	7.621.014	4.749.072	1.959.556	-	6.708.628
Resultados transitados	176.328.225	74.949.583	-	251.277.808	96.266.109	59.137.913	-	155.404.022
Resultado do exercício	103.756.120	10.340.927	-	114.097.047	80.355.347	16.430.825	-	96.786.172
Total capital próprio	952.860.942	192.223.515	-	1.145.084.457	1.100.646.924	188.363.644	-	1.289.010.568
Total passivo e capital próprio	12.901.374.957	366.705.311 (44.800.000)	-	13.223.280.268	12.995.560.399	362.201.063 (43.000.000)	-	13.314.761.462

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.4 Notas à demonstração dos resultados consolidados

NOTA 1 – PRÉMIOS ADQUIRIDOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como segue:

EUR	2010	2009
Prémios brutos emitidos – Vida	1.137.887.756	1.167.721.331
Prémios brutos emitidos – Não Vida	230.717.121	213.500.350
Prémios brutos emitidos	1.368.604.877	1.381.221.681
Prémios resseguro cedido – Vida	(25.080.564)	(23.700.100)
Prémios resseguro cedido – Não Vida	(37.188.045)	(34.985.728)
Prémios resseguro cedido	(62.268.609)	(58.685.828)
Variação prémios não adquiridos – Não Vida	2.222.544	1.259.930
Variação prémios não adquiridos de resseguro cedido – Não Vida	(1.362.325)	(838.773)
Variação líquida de prémios não adquiridos – Não Vida	860.219	421.157
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Vida	1.112.807.192	1.144.021.231
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro – Não Vida	194.389.295	178.935.779
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	1.307.196.487	1.322.957.010

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida incluem prémios de contratos com risco de seguro significativo e de contratos sem risco de seguro significativo mas com participação nos resultados discricionária.

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como segue:

EUR	2010	2009
Contratos de seguro	185.744.100	186.741.317
Contratos de investimento com participação nos resultados discricionária	952.143.656	980.980.014
Prémios brutos emitidos (IFRS 4)	1.137.887.756	1.167.721.331

EUR	2010	2009
Prémios brutos emitidos de seguro directo		
Relativos a contratos individuais	522.866.233	521.935.688
Relativos a contratos de grupo	615.021.523	645.785.643
	1.137.887.756	1.167.721.331
Periódicos	285.728.993	278.309.226
Não periódicos	852.158.763	889.412.105
	1.137.887.756	1.167.721.331
De contratos sem participação nos resultados	9.847.061	9.235.803
De contratos com participação nos resultados	1.128.040.695	1.158.485.528
	1.137.887.756	1.167.721.331
Resultado resseguro cedido	(3.368.406)	(1.677.609)

Os prémios brutos emitidos dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2010		2009	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	160.970.643	164.203.362	146.006.566	147.469.046
Incêndio e outros danos	39.877.668	39.638.220	38.172.950	37.619.561
Automóvel	22.045.504	21.818.752	22.471.837	22.906.751
Outros	7.823.306	7.279.331	6.848.997	6.764.922
Total	230.717.121	232.939.665	213.500.350	214.760.280

Os prémios de resseguro cedido dos ramos Não Vida são analisados como segue:

EUR	2010		2009	
	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos	Prémios brutos emitidos	Prémios adquiridos
Acidentes e doença	14.048.687	15.767.440	15.177.008	16.363.682
Incêndio e outros danos	18.455.462	18.354.854	15.739.708	15.593.581
Automóvel	315.078	315.078	312.796	312.796
Outros	4.368.818	4.112.998	3.756.216	3.554.442
Total	37.188.045	38.550.370	34.985.728	35.824.501

NOTA 2 – COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADAS PARA EFEITO CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 64.321.622 (2009: Euros 59.379.110), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

NOTA 3 – CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2010			2009		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Sinistros pagos						
· Montantes brutos	68.367.964	524.939.893	593.307.857	64.347.261	417.772.086	482.119.347
· Parte dos resseguradores	(11.608.106)	-	(11.608.106)	(14.211.544)	-	(14.211.544)
	56.759.858	524.939.893	581.699.751	50.135.717	417.772.086	467.907.803
Variação da provisão para sinistros						
· Montantes brutos	(4.565.543)	441.954	(4.123.589)	10.877.735	(2.668.275)	8.209.460
· Parte dos resseguradores	-	-	-	(478.854)	-	(478.854)
	(4.565.543)	441.954	(4.123.589)	10.398.881	(2.668.275)	7.730.606
Total antes custos imputados	52.194.315	525.381.847	577.576.162	60.534.598	415.103.811	475.638.409
Custos com Sinistros (imputados)			342.002			289.873
Total			577.918.164			475.928.282

Os custos com sinistros do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
· Montantes brutos	100.949.855	19.369.289	15.617.482	1.683.250	137.619.876
· Parte dos resseguradores	(2.569.253)	(8.267.927)	(774.352)	(1.001.141)	(12.612.673)
	98.380.602	11.101.362	14.843.130	682.109	125.007.203
Variação da provisão para sinistros					
· Montantes brutos	2.804.241	796.562	(1.013.382)	2.456.520	5.043.941
· Parte dos resseguradores	(462.442)	(120.834)	895.629	(2.187.307)	(1.874.954)
	2.341.799	675.728	(117.753)	269.213	3.168.987
Total antes custos imputados	100.722.401	11.777.090	14.725.377	951.322	128.176.190
Custos com Sinistros (imputados)	6.291.225	1.106.196	2.559.799	56.792	10.014.012
Total	107.013.626	12.883.286	17.285.176	1.008.114	138.190.202

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

EUR	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Sinistros pagos					
· Montantes brutos	89.463.163	10.954.010	13.464.327	3.404.289	117.285.789
· Parte dos resseguradores	(2.227.694)	(3.778.185)	-	(758.630)	(6.764.509)
	87.235.469	7.175.825	13.464.327	2.645.659	110.521.280
Variação da provisão para sinistros					
· Montantes brutos	4.055.761	729.407	1.305.657	(1.765.785)	4.325.040
· Parte dos resseguradores	719.364	(284.421)	(61.744)	119.567	492.766
	4.775.125	444.986	1.243.913	(1.646.218)	4.817.806
Total antes custos imputados	92.010.594	7.620.811	14.708.240	999.441	115.339.086
Custos com Sinistros (imputados)	5.443.339	537.657	3.052.779	84.708	9.118.483
Total	97.453.933	8.158.468	17.761.019	1.084.149	124.457.569

NOTA 4 – VARIAÇÃO DA PROVISÃO MATEMÁTICA E OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS RESSEGURO

A variação da provisão matemática e outras provisões técnicas do ramo vida são analisadas como segue:

EUR	2010		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
· Variação da provisão matemática	246.395	505.531.666	505.778.061
· Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(43.971)	-	(43.971)
	202.424	505.531.666	505.734.090
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	6.005.982	52.190.851	58.196.833
Total	6.208.406	557.722.517	563.930.923

EUR	2009		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Variação da provisão matemática, líquida de resseguro			
· Variação da provisão matemática	154.193	642.211.913	642.366.106
· Parte dos resseguradores na variação da provisão matemática	(161.090)	-	(161.090)
	(6.897)	642.211.913	642.205.016
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	6.368.356	38.953.230	45.321.586
Total	6.361.459	681.165.143	687.526.602

A variação das outras provisões técnicas do ramo não vida é analisada como segue:

EUR	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	33.633	-	-	33.633
Variação da provisão para riscos em curso	119.318	(177.987)	1.539.674	130.602	1.611.607
	119.318	(144.354)	1.539.674	130.602	1.645.240
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	598.724	-	-	-	598.724
Total	718.042	(144.354)	1.539.674	130.602	2.243.964

EUR	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Variação da provisão para desvios de sinistralidade	-	71.199	-	15.668	86.867
Variação da provisão para riscos em curso	738.601	86.744	42.368	(291.086)	576.627
	738.601	157.943	42.368	(275.418)	663.494
Variação da provisão para participação nos resultados, líquida de resseguro	428.564	-	-	-	428.564
Total	1.167.165	157.943	42.368	(275.418)	1.092.058

NOTA 5 – CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo vida são analisados como segue:

EUR	2010			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	21.625.265	17.778.997	17.637.923	57.042.185
Custos de aquisição alocados	2.140.221	1.729.730	217.569	4.087.520
Custos administrativos – comissões	8.385	-	-	8.385
Custos administrativos alocados	8.739.239	7.810.803	2.050.918	18.600.960
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10.060.081)	-	-	(10.060.081)
Total	22.453.029	27.319.530	19.906.410	69.678.969

EUR	2009			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Unit Linked	Total
Custos de aquisição – comissões	16.813.446	15.072.779	14.863.403	46.749.628
Custos de aquisição alocados	1.782.071	1.133.773	237.245	3.153.089
Custos administrativos – comissões	12.718	-	-	12.718
Custos administrativos alocados	7.820.260	6.671.622	1.636.782	16.128.664
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.171.003)	-	-	(7.171.003)
Total	19.257.492	22.878.174	16.737.430	58.873.096

Os custos e gastos de exploração líquidos do ramo não vida são analisados como segue:

EUR	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	15.267.481	4.700.371	2.134.403	580.542	22.682.797
Custos de aquisição alocados	9.043.667	1.378.577	1.457.079	458.226	12.337.549
Variação dos custos de aquisição diferidos	(210.395)	(234.126)	(111.612)	(19.636)	(575.769)
Custos administrativos – comissões	390.325	2.643	1.312	1.011	395.291
Custos administrativos alocados	17.997.421	3.880.545	2.320.138	618.609	24.816.713
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.056.992)	(6.643.335)	25	(388.838)	(14.089.140)
Total	35.431.507	3.084.675	5.801.345	1.249.914	45.567.441

EUR	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Custos de aquisição – comissões	12.157.615	3.351.839	2.245.534	551.696	18.306.684
Custos de aquisição alocados	7.173.899	1.107.060	1.137.271	361.448	9.779.678
Variação dos custos de aquisição diferidos	112.250	(203.675)	(40.203)	(1.089)	(132.717)
Custos administrativos – comissões	380.278	2.574	4.000	2.523	389.375
Custos administrativos alocados	15.583.288	2.066.321	3.218.717	492.984	21.361.310
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(7.259.510)	(76)	(6.248.001)	(186.952)	(13.694.539)
Total	28.147.820	6.324.043	317.318	1.220.610	36.009.791

A rubrica custos de aquisição – comissões inclui um montante de Euros 74.250.000 (2009: Euros 59.567.000) relacionados com as comissões pagas ao Grupo Banco Comercial Português, S.A, de acordo com os termos do contrato de distribuição com a Millenniumbcp Ageas.

NOTA 6 – RENDIMENTOS

Os juros, os dividendos e outros rendimentos similares são analisados como se segue:

EUR	2010	2009
Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda	222.399.565	189.070.360
Rendimentos de depósitos bancários	6.909.499	16.455.808
	229.309.064	205.526.168
Rendimentos de propriedades de investimento	(67.500)	241.351
Total	229.241.564	205.767.519

NOTA 7 – GASTOS FINANCEIROS

O saldo da rubrica de gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas inclui um montante de Euros 22.800.000 (2009: Euros 25.752.000) relativos a custos operacionais imputados à gestão de investimentos.

Os gastos financeiros de juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas correspondem ao custo dos juros relativos ao contrato de recompra (REPO) de obrigações com o Banco Comercial Português, S.A, feito em 2010 e 2009, no montante de Euros 2.717.000 e Euros 9.707.000 respectivamente (ver nota 35).

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

NOTA 8 – GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2010			2009		
	Ganhos	(Perdas)	Total	Ganhos	(Perdas)	Total
Dívida pública	20.620.397	(33.067.073)	(12.446.676)	22.982.611	(5.071.944)	17.910.667
Obrigações de outros emissores	10.720.697	(6.173.722)	4.546.975	10.013.151	(22.991.887)	(12.978.736)
Acções	4.766.349	(406.683)	4.359.666	5.328.428	(15.420.142)	(10.091.714)
De investimentos disponíveis para venda	36.107.443	(39.647.478)	(3.540.035)	38.324.190	(43.483.973)	(5.159.783)
De empréstimos concedidos e contas a receber	635	-	635	105.729	-	105.729
Total	36.108.078	(39.647.478)	(3.539.400)	38.429.919	(43.483.973)	(5.054.054)

NOTA 9 – GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

EUR	2010			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	(253.868.628)	290.162.646	84.059.901	120.353.919
De activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.441.055.476	(1.989.472.239)	433.037.644	(115.379.119)
Total	1.187.186.848	(1.699.309.593)	517.097.545	4.974.800

EUR	2009			
	Ganhos	(Perdas)	Outros	Total
De investimentos detidos para negociação	97.616.115	(24.553.657)	43.629.934	116.692.392
De activos financeiros ao justo valor através de resultados	589.634.938	(141.271.385)	(562.780.741)	(114.417.187)
Total	687.251.053	(165.825.042)	(519.150.807)	2.275.205

Os Outros ganhos / (perdas) líquidos incluem os rendimentos dos investimentos, bem como os ganhos e perdas de passivos financeiros (decorrentes dos contratos de unit linked).

NOTA 10 – DIFERENÇAS DE CâMBIO

Os ganhos/(perdas) cambiais são analisados como segue:

EUR	2010	2009
De investimentos disponíveis para venda	10.239	(394.314)
De investimentos detidos para negociação	-	72
De empréstimos concedidos e contas a receber	(46.087)	(182.367)
Total	(35.848)	(576.609)

NOTA 11 – IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS (LÍQUIDA DE REVERSÕES) E VARIAÇÃO DE OUTRAS PROVISÕES

A imparidade de outros activos (líquida de reversões) e a variação de outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2010	2009
De propriedades de investimento	-	1.273.633
De devedores por operações de seguro directo e de resseguro	(249.481)	293.488
De outros devedores	7.038	(10.018)
Total imparidade	(242.443)	1.557.103
Outras provisões (variação)	150.000	(214.588)
Total	(92.443)	1.342.515

NOTA 12 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS E NÃO TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os outros rendimentos/gastos técnicos incluem um montante de Euros 29.700.000 (2009: Euros 41.635.000) relativos à amortização do VOB – valor do negócio adquirido (ver nota 21).

Os outros rendimentos/gastos não técnicos incluem um montante de Euros 11.258.000 (2009: Euros 11.667.000) relativos a comissões de gestão de fundos de pensões da Pensõesger, S.G.F.P., S.A.

II

**Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**

II

**Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**

NOTA 13 – CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Os Outros custos e gastos por natureza a imputar incluem um montante de Euros 1.037.000 (2009: 2.565.000) relativos a Impostos e taxas, um montante de Euros 1.212.000 (2009: Euros 1.747.000) de Juros suportados, um montante de Euros 22.414.000 (2009: Euros 26.736.000) relativos a Comissões e Euros 7.368.000 relativos a variação de outras provisões (2009: Euros 421.000).

Os custos e gastos por natureza a imputar são analisados como segue:

EUR	2010	2009
Gastos com pessoal		
Remunerações – órgãos sociais	1.240.830	1.561.003
Remunerações – pessoal	18.904.423	18.402.494
Encargos sobre remunerações	3.559.936	3.280.648
Benefícios pós emprego – planos benefícios definidos	3.368.734	1.422.456
Seguros obrigatórios	840.821	793.617
Gastos de acção social	110.045	111.152
Outros gastos	234.325	85.961
	28.259.114	25.657.331
Fornecimentos e serviços externos	36.674.584	34.341.151
Depreciações de activos tangíveis e imóveis		
Propriedades de investimento	266.294	330.621
Equipamento de transporte e outro equipamento	21.173	25.206
Equipamento informático	111.894	102.041
	399.361	457.868
Amortizações dos activos intangíveis		
Software	417.625	193.489
Valor do negócio adquirido (VOBA)	29.699.749	41.635.344
Outros activos intangíveis	-	1.022
	30.117.374	41.829.855
Outros	32.031.126	31.469.831
Total	127.481.559	133.756.036

As comissões são maioritariamente relacionadas com a gestão das carteiras de investimentos do Grupo, e geridas pela F&C.

Os custos e gastos por natureza foram imputados pelas funções sinistros, aquisição, administrativa e investimentos, da seguinte forma:

EUR	2010	2009
Custos com sinistros	10.356.013	9.408.357
Custos de exploração		
· Custos de aquisição	16.425.070	12.932.766
· Custos administrativos	43.417.673	37.489.975
Custos com investimentos		
· Alocados à Conta Técnica	22.122.469	25.594.703
· Alocados à Conta Não Técnica	677.762	156.864
Outros custos não alocados	34.482.572	48.173.371
Total	127.481.559	133.756.036

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de colaboradores do Grupo ascendia a 461 e 458 respectivamente, dos quais 448 e 450 a tempo inteiro respectivamente.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.5 Notas ao balanço consolidado

NOTA 14 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Caixa	-	4
Depósitos bancários	154.979.246	239.238.739
Total	154.979.246	239.238.743

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

NOTA 15 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010		2009	
	Justo valor	Valor nocional	Justo valor	Valor nocional
Derivados				
· Swaps taxa juro	188.979.500	5.365.125.354	160.374.071	5.026.387.211
· Opções	9.958.600	85.875.000	5.367.365	57.975.000
· FRA	47.575	41.500.000	12.798	41.500.000
Total	198.985.675	5.492.500.354	165.754.234	5.125.862.211
Dos quais:				
Nível 1	-	-	-	-
Nível 2	198.985.675	5.492.500.354	165.754.234	5.125.862.211
Nível 3	-	-	-	-
	198.985.675	5.492.500.354	165.754.234	5.125.862.211

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para negociação podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

NOTA 16 – ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010			2009		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	44.076.810	158.645	44.235.455	73.114.710	(30.924.532)	42.190.178
Obrigações de outros emissores	6.160.881.886	(562.136.692)	5.598.745.194	5.295.206.830	463.987.842	5.759.194.672
Acções	200.378.160	13.561.283	213.939.443	80.862.185	15.300.245	96.162.430
Total	6.405.336.856	(548.416.764)	5.856.920.092	5.449.183.725	448.363.555	5.897.547.280
Dos quais:						
Nível 1			1.678.066.172			2.460.335.054
Nível 2			4.178.853.920			3.437.212.226
Nível 3			-			-
			5.856.920.092			5.897.547.280

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Activos financeiros cotados são mensurados com cotações de mercado, preços fornecidos de ‘providers’ e admitidos à cotação em mercados.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

NOTA 17 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010			2009		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Dívida pública	2.939.510.752	(137.584.138)	2.801.926.614	2.562.568.260	30.464.877	2.593.033.137
Obrigações de outros emissores	2.888.458.492	(171.990.379)	2.716.468.113	2.481.692.679	44.282.920	2.525.975.599
Acções	314.980.204	3.941.869	318.922.073	313.031.502	8.431.792	321.463.294
Juros a receber	110.641.876	-	110.641.876	100.180.314	-	100.180.314
Total	6.253.591.324	(305.632.648)	5.947.958.676	5.457.472.755	83.179.589	5.540.652.344
Dos quais:						
Nível 1			5.602.294.662			5.188.096.561
Nível 2			345.664.014			352.555.783
Nível 3			-			-
			5.947.958.676			5.540.652.344

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial como activos disponíveis para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Activos financeiros cotados são mensurados com cotações de mercado, preços fornecidos de ‘providers’ e admitidos à cotação em mercados.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Divulgações adicionais relativas aos investimentos são prestadas na nota 37 – Gestão de riscos.

NOTA 18 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

Os empréstimos concedidos e contas a receber incluem depósitos a prazo junto do Banco Comercial Português, S.A.

NOTA 19 – TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Valor de Aquisição	11.116.580	11.116.580
Amortizações acumuladas	(1.986.802)	(1.742.701)
Imparidade	(3.540.997)	(3.540.997)
Saldo no final do ano	5.588.781	5.832.882
Justo valor	6.562.000	6.562.000

A vida útil estimada das propriedades de investimento, é analisada como segue:

	Vida útil estimada
Edifícios	25 anos
Componentes	10 anos

A última avaliação do imóvel levada a cabo por uma entidade especializada e independente ocorreu no ano de 2009. Nesse ano, foi reconhecida uma perda por imparidade de Euros 1.274.000, uma vez que o justo valor do imóvel (valor recuperável) indicado era inferior ao seu valor líquido de balanço.

NOTA 20 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Equipamento		
· Equipamento informático	1.107.675	1.030.296
· Equipamento administrativo	1.111.132	1.111.132
· Outro equipamento	1.727.054	1.726.196
	3.945.861	3.867.624
Amortizações acumuladas	(2.713.375)	(2.580.308)
Saldo líquido	1.232.486	1.287.316

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

EUR	Equipamento informático	Equipamento administrativo	Outro equipamento	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	1.030.296	1.111.132	1.726.196	3.867.624
· Aquisições	77.379	-	858	78.237
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	1.107.675	1.111.132	1.727.054	3.945.861
Amortizações				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	873.207	1.101.812	605.289	2.580.308
· Amortizações do exercício	111.895	4.715	16.457	133.067
· Transferências	-	1.230	(1.230)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	985.102	1.107.757	620.516	2.713.375
Saldo líquido 31 de Dezembro 2009	157.089	9.320	1.120.907	1.287.316
Saldo líquido 31 de Dezembro 2010	122.573	3.375	1.106.538	1.232.486

NOTA 21 – GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	Goodwill	VOBA	Outros intangíveis	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	315.740.469	527.989.676	6.189.973	849.920.118
Aquisições	-	-	2.015.402	2.015.402
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	315.740.469	527.989.676	8.205.375	851.935.520
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	(259.527.222)	(3.654.818)	(263.182.040)
Amortizações do exercício	-	(29.699.749)	(417.625)	(30.117.374)
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	(289.226.971)	(4.072.443)	(293.299.414)
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2009	315.740.469	268.462.454	2.535.155	586.738.078
Saldo líquido em 31 de Dezembro 2010	315.740.469	238.762.705	4.132.932	558.636.106

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

O *goodwill* está relacionado com a aquisição da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., e Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., e foi distribuído como segue na data de aquisição:

EUR

Segmento Vida e Pensões

Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	233.127.409
Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	14.360.068
	247.487.477

Segmento Não Vida

Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	64.074.457
Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A.	4.178.535
	68.252.992
	315.740.469

Como referido nas políticas contabilísticas, o Grupo efectuou uma revisão ao valor recuperável do *goodwill* e do VOBA – *value of business acquired*, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efectuado com base no orçamento a 5 anos de cada uma das unidades de negócio aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo, considerando uma taxa de crescimento a longo prazo de 2%. O valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 11% (2009: 11,4%).

O saldo remanescente do valor do negócio adquirido (VOBA) será amortizado como segue:

EUR	2011	2012	2013	2014	2015	APÓS
VOBA – Amortização estimada	28.245.997	24.373.851	22.445.973	21.245.973	19.064.102	123.386.809

NOTA 22 – PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta para o ramo vida é analisado como segue:

EUR	2010		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	204.113.298	5.231.845.733	5.435.959.031
Provisão para sinistros do ramo vida	30.090.548	8.961.652	39.052.200
Provisão para participação nos resultados	916.869	59.646.080	60.562.949
- Atribuída	821.429	58.018.449	58.839.878
- A atribuir	95.440	1.627.631	1.723.071
Total bruto	235.120.715	5.300.453.465	5.535.574.180
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	724.921	-	724.921
Provisão para sinistros do ramo vida	1.041.935	-	1.041.935
Total resseguro	1.766.856	-	1.766.856
Saldo líquido	233.353.859	5.300.453.465	5.533.807.324

EUR	2009		
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Total
Valor bruto			
Provisão matemática do ramo Vida	203.866.903	4.680.832.905	4.884.699.808
Provisão para sinistros do ramo vida	34.615.995	8.519.699	43.135.694
Provisão para participação nos resultados	3.833.129	93.808.595	97.641.724
Atribuída	2.384.852	45.986.860	48.371.712
A atribuir	1.448.277	47.821.735	49.270.012
Total bruto	242.316.027	4.783.161.199	5.025.477.226
Resseguro cedido			
Provisão matemática do ramo Vida	680.950	-	680.950
Provisão para sinistros do ramo vida	1.041.935	-	1.041.935
Total resseguro	1.722.885	-	1.722.885
Saldo líquido	240.593.142	4.783.161.199	5.023.754.341

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

Em 31 de Dezembro de 2010 foi registada uma responsabilidade adicional no montante de Euros 3.087.700 (2009: Euros 802.000, resultante do teste da adequação das responsabilidades. O teste foi efectuado com base em pressupostos que representam a melhor estimativa (ver nota 37).

II

Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta para o ramo não vida é analisado como segue:

EUR	2010				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	28.879.072	5.419.721	4.945.783	2.989.934	42.234.510
Provisão para sinistros	50.560.087	9.085.208	23.198.520	7.062.690	89.906.505
Provisão para participação nos resultados	516.391	-	-	-	516.391
Provisão para desvios de sinistralidade	-	697.228	-	64.126	761.354
Provisão para riscos em curso	2.015.702	88.228	1.999.689	182.069	4.285.688
Total bruto	81.971.252	15.290.385	30.143.992	10.298.819	137.704.448
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	9.159.270	1.242.575	-	1.734.147	12.135.992
Provisão para sinistros	3.301.434	1.803.908	250.742	2.843.497	8.199.581
Total resseguro	12.460.704	3.046.483	250.742	4.577.644	20.335.573
Saldo líquido	69.510.548	12.243.902	29.893.250	5.721.175	117.368.875

EUR	2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Valor bruto					
Provisão para prémios não adquiridos	32.322.187	5.414.398	4.830.644	2.465.594	45.032.823
Provisão para sinistros	48.245.842	8.288.785	24.225.823	4.494.012	85.254.462
Provisão para participação nos resultados	486.392	-	-	-	486.392
Provisão para desvios de sinistralidade	-	663.595	-	64.126	727.721
Provisão para riscos em curso	1.896.384	266.214	460.016	51.467	2.674.081
Total bruto	82.950.805	14.632.992	29.516.483	7.075.199	134.175.479
Resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	10.878.023	1.141.966	-	1.478.328	13.498.317
Provisão para sinistros	3.317.609	1.683.074	1.146.371	656.189	6.803.243
Total resseguro	14.195.632	2.825.040	1.146.371	2.134.517	20.301.560
Saldo líquido	68.755.173	11.807.952	28.370.112	4.940.682	113.873.919

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 12.460.000 (2009: Euros 11.898.000) referente à provisão matemática de Acidentes de trabalho.

Como resultado da alteração da política de provisionamento do ramo de Acidentes de trabalho, com o objectivo de alinhar com a política de provisionamento das rendas do ramo vida, a provisão para sinistros foi reforçada no montante de Euros 1.168.000 (em 2009: Euros 1.134.000), tendo sido registado na sequência do resultado do teste da adequação das responsabilidades.

A provisão para sinistros vida e não vida, incluindo resseguro aceite, corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, e inclui uma provisão

estimada no montante de Euros 33.653.000 (2009: Euros 31.644.000) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR).

A provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 1.872.000 (2009: Euros 2.039.000), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

A provisão para prémios não adquiridos, líquida de custos de aquisição diferidos, é analisada como se segue:

EUR	2010	2009
Provisão para prémios não adquiridos	48.587.127	50.809.671
Custos de aquisição diferidos	(6.352.617)	(5.776.848)
Saldo líquido	42.234.510	45.032.823

Os movimentos nos custos de aquisição diferidos ocorridos durante o ano são analisados como se segue:

EUR	2010	2009
Custos de aquisição diferidos em 1 de Janeiro	5.776.848	5.644.131
Custos de aquisição do ano	6.352.617	5.776.848
Amortização dos custos de aquisição	(5.776.848)	(5.644.131)
Custos de aquisição diferidos 31 de Dezembro	6.352.617	5.776.848

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo vida.

EUR	2010			2009		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Saldo em 1 de Janeiro	97.641.724	486.392	98.128.116	48.375.900	215.808	48.591.708
Montantes pagos	(53.061.150)	(568.725)	(53.629.875)	(36.123.330)	(157.980)	(36.281.310)
Estimativa de montantes a atribuir	58.196.833	598.724	58.795.557	45.321.586	428.564	45.750.150
'Shadow accounting'	(42.214.458)	-	(42.214.458)	40.067.568	-	40.067.568
Total	60.562.949	516.391	61.079.340	97.641.724	486.392	98.128.116

A provisão para participação nos resultados inclui o ajustamento relativo ao shadow adjustment, o qual corresponde a uma estimativa dos ganhos e perdas potenciais nos activos afectos à cobertura de responsabilidades com contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária, até ao montante em que é expectável que os tomadores de seguro venham a participar nesses ganhos e perdas não realizadas no momento em que as mesmas se tornem efectivas, de acordo com os respectivos termos contratuais e legislação aplicável. Em 31 de Dezembro de 2010 não foi constituído qualquer montante de shadow adjustment devido ao nível de valias potenciais negativas em carteira (em 2009:

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Euros 42.214.000 dos quais Euros 1.925.000 foram incluídos na provisão matemática como parte do teste de adequação de responsabilidades).

De acordo com a regulamentação e a legislação contratual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, foi atribuída uma participação nos resultados superior à participação legalmente exigida, por decisão da Gestão.

Os montantes de participação nos resultados atribuídos e a atribuir são analisados como se segue:

EUR	2010	2009
Participação nos resultados a atribuir, 1 Janeiro	49.270.012	15.921.059
Libertação, de acordo com plano participação	(5.332.483)	(6.718.615)
Atribuída durante o ano	(42.214.458)	40.067.568
Total, 31 Dezembro	1.723.071	49.270.012
Participação nos resultados, 1 Janeiro	48.371.712	32.454.841
Participação nos resultados distribuída no ano	(53.061.150)	(36.123.329)
Participação nos resultados atribuída – contratual	54.004.089	40.959.159
Participação nos resultados atribuída – comercial	5.296.018	7.966.656
Participação nos resultados atribuída – decisão de gestão	4.229.209	3.114.385
Participação nos resultados, 31 Dezembro	58.839.878	48.371.712

NOTA 23 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e outros benefícios pós emprego

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos empregados pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (“CCT”). Adicionalmente o Grupo assumiu a responsabilidade com benefícios de saúde pós-emprego.

A avaliação actuarial das responsabilidades com complementos de reforma e outros benefícios do Grupo é efectuada anualmente, sendo a última com a data de referência de 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2010	2009
Número de participantes		
· Activos	415	405
· Reformados e Pensionistas	25	24
	440	429

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	2010	2009
Taxa de desconto	5,25%	5,25%
Taxa de crescimento salarial	2,75%	2,75%
Taxa de rendimento esperada do fundo	5,50%	5,50%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Tábua de mortalidade:		
Homens	TV88/90	TV73/77 rated down 1 year
Mulheres	TV 88/90 rated down 2 years	TV 88/90 rated down 2 years
Método actuarial	Project Unit Credit	Project Unit Credit

II

**Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**

As responsabilidades com benefícios a empregados e o justo valor dos activos do plano nos exercícios de 2010 e 2009, são como segue:

EUR	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades por benefícios	(22.149.619)	(3.203.153)	(25.352.772)	(19.353.688)	(2.933.695)	(22.287.383)
Justo valor dos activos do fundo	22.526.538	-	22.526.538	20.854.497	-	20.854.497
Valor líquido	376.919	(3.203.153)	(2.826.234)	1.500.809	(2.933.695)	(1.432.886)
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	4.361.105	(144.806)	4.216.299	3.156.156	(180.252)	2.975.904
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	4.738.024	(3.347.959)	1.390.065	4.656.965	(3.113.947)	1.543.018

No seguimento de deliberação da Comissão Executiva, datada de 23 de Novembro de 2006, os empregados admitidos até 22 de Setembro de 2006 mantêm, nos termos do Plano Complementar, os benefícios estabelecidos dentro do plano (de benefício definido), estabelecido no termos do Contrato colectivo nº72 – fundo pensões ‘Horizonte Valorização’.

Anualmente, o Grupo procederá à cobertura dos benefícios garantidos e do eventual financiamento suplementar, com base na avaliação actuarial efectuada em cada ano.

Adicionalmente, o Grupo transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 9 (2009: 9), e o valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.050.000 (2009: Euros 2.130.000), o qual está incluído na valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisado como segue:

EUR	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	19.353.688	2.933.695	22.287.383	20.026.116	3.184.395	23.210.511
Custo do serviço corrente	930.870	122.628	1.053.498	944.439	120.512	1.064.951
Custo dos juros	1.003.946	151.870	1.155.816	1.138.395	179.847	1.318.242
Pagamentos efectuados pelo fundo ou pelo Grupo	(972.227)	(34.598)	(1.006.825)	(543.630)	(30.152)	(573.782)
(Ganhos)/ perdas actuariais	(299.602)	29.558	(270.044)	(1.785.156)	(520.907)	(2.306.063)
Programas de reformas antecipadas	1.755.497	-	1.755.497	-	-	-
Transferências entre fundos	377.447	-	377.447	(426.476)	-	(426.476)
Responsabilidades em 31 de Dezembro	22.149.619	3.203.153	25.352.772	19.353.688	2.933.695	22.287.383

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são como segue:

EUR	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Custo do serviço corrente	930.870	122.628	1.053.498	944.439	120.512	1.064.951
Custo dos juros	1.003.946	151.870	1.155.816	1.138.395	179.847	1.318.242
Rendimento esperado do fundo	(1.113.254)	-	(1.113.254)	(1.145.395)	-	(1.145.395)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	523.065	(5.888)	517.177	173.472	11.186	184.658
Programas de reformas antecipadas	1.755.497	-	1.755.497	-	-	-
Custo do exercício	3.100.124	268.610	3.368.734	1.110.911	311.545	1.422.456

A variação do fundo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é analisada como segue:

EUR	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	20.854.497	20.218.077
Contribuições do Grupo	3.181.183	84.666
Pagamentos efectuados pelo fundo	(972.227)	(543.630)
Retorno esperado do fundo	1.113.254	1.145.395
Ganhos/(Perdas) Actuariais do fundo	(2.027.616)	376.465
Transferências entre fundos	377.447	(426.476)
Saldo em 31 de Dezembro	22.526.538	20.854.497

Os ganhos e perdas actuariais em 2010 e 2009, são analisadas como segue:

EUR	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
(Ganhos)/ perdas actuariais no início do exercício	3.156.156	(180.252)	2.975.904	5.491.249	351.841	5.843.090
(Ganhos)/ perdas actuariais nas responsabilidades	(299.602)	29.558	(270.044)	(1.785.156)	(520.907)	(2.306.063)
Ganhos/(perdas) actuariais do fundo	2.027.616	-	2.027.616	(376.465)	-	(376.465)
Amortização dos ganhos / (perdas) actuariais não reconhecidos	(523.065)	5.888	(517.177)	(173.472)	(11.186)	(184.658)
(Ganhos)/ perdas actuariais no final do exercício	4.361.105	(144.806)	4.216.299	3.156.156	(180.252)	2.975.904

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os ganhos/(perdas) actuariais resultantes de alterações dos pressupostos actuariais foram de Euros (708.000) e Euros 578.000, respectivamente.

As contribuições para o Fundo de Pensões efectuadas pelas Companhias do Grupo ascenderam a Euros 3.181.000 (2009: Euros 85.000), as quais foram na sua totalidade efectuadas em dinheiro.

Os Activos/(responsabilidades) líquidas são analisadas como segue:

EUR	2010			2009		
	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total	Planos de Pensões	Outros benefícios	Total
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço 1 Janeiro	4.656.965	(3.113.947)	1.543.018	5.683.210	(2.832.554)	2.850.656
Custo normal do ano	(3.100.124)	(268.610)	(3.368.734)	(1.110.911)	(311.545)	(1.422.456)
Contribuições dos empregados e outras contribuições	3.181.183	34.598	3.215.781	84.666	30.152	114.818
Activos/(responsabilidades) líquidas balanço 31 Dezembro	4.738.024	(3.347.959)	1.390.065	4.656.965	(3.113.947)	1.543.018

A evolução dos benefícios dos empregados e do justo valor dos activos do fundo são analisadas como segue:

EUR	2010	2009	2008	2007	2006	2005
Responsabilidades por benefícios	(25.352.772)	(22.287.383)	(23.210.513)	(19.407.784)	(15.565.226)	(15.508.050)
Justo valor dos activos do fundo	22.526.538	20.854.497	20.218.077	17.950.264	14.645.067	13.341.742
Valor líquido	(2.826.234)	(1.432.886)	(2.992.436)	(1.457.520)	(920.159)	(2.166.308)
Ganhos e (perdas) actuariais não reconhecidos	4.216.299	2.975.904	5.843.088	313.290	(1.184.759)	791.953
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	1.390.065	1.543.018	2.850.652	(1.144.230)	(2.104.918)	(1.374.355)

Os activos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

EUR	2010	2009
Titulos de rendimento variável	82.898	1.247.262.000
Titulos de rendimento fixo	13.990.262	2.841.297.000
Terrenos e edifícios	-	383.431.000
Outros	8.453.377	1.101.582.000
	22.526.538	5.573.572.000

De referir que até 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades com benefícios a empregados estavam cobertos pelo Fundo de Pensões do Grupo BCP, do qual a Millenniumbcp Ageas representa apenas cerca de 0,37% do total do fundo.

Os títulos emitidos pelo Grupo Banco Comercial Português, S.A. contabilizados na carteira de investimentos do Fundo, são analisados como segue:

EUR	2010	2009
Titulos de rendimento variável	-	39.362.000
Titulos de rendimento fixo	-	352.171.000
	-	391.533.000

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Os custos com os benefícios de saúde tem um impacto significativo no custo total com pensões. Considerando esta situação, procedemos a uma análise de sensibilidade considerando uma variação positiva de um ponto percentual no valor dos custos com os benefícios de saúde (6,50% para 7,5%). O impacto é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Impacto no Custo com Pensões	19.622	19.191
Impacto nas Responsabilidades	443.573	398.709

NOTA 24 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Tomadores de seguros	18.364.547	35.820.291
Mediadores de seguros	688.302	529.281
Resseguradores	10.932.241	8.031.820
	29.985.090	44.381.392
Imparidade	(4.592.905)	(4.835.349)
Total	25.392.185	39.546.043
Outros devedores	20.218.388	9.417.643
Imparidade	(81.380)	(23.935)
Total Outros devedores	20.137.008	9.393.708
Total	45.529.193	48.939.751

Na rubrica Devedores por operações de seguro directo – tomadores de seguro encontra-se registado o montante de Euros 10.800.000 (2009: Euros 28.401.000) referente ao valor de recibos de prémio por cobrar.

Na rubrica Outros devedores encontra-se ainda registado o montante de Euros 5.812.000 (2009: Euro 5.700.000) relativo a reembolsos de sinistros emitidos no âmbito do acordo estabelecido entre o Grupo Banco Comercial Português e os Sindicatos Bancários do Norte, Centro e Sul.

Os movimentos ocorridos no exercício por perdas de imparidade em Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros, são apresentados como segue:

EUR	2010		2009	
	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros	Tomadores, mediadores e resseguradores	Outros
Saldo no início do ano	4.835.349	23.935	4.541.521	34.292
Reversões	(465.316)	-	(350.930)	(10.357)
Dotação do exercício	222.872	-	644.757	-
Transferências e outros movimentos	-	57.445	-	-

Saldo no final do ano	4.592.905	81.380	4.835.349	23.935
-----------------------	-----------	--------	-----------	--------

NOTA 25 – IMPOSTOS CORRENTES E IMPOSTOS DIFERIDOS

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2010 e 2009 foi apurado pelo Grupo com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29% (2009: 26,5%) a qual corresponde à taxa nominal aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação das subsidiárias do Grupo ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração das subsidiárias do Grupo que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos e taxas activos e passivos são analisados como se segue:

EUR	2010	2009
Activos por impostos correntes	59.031.961	24.728.356
· Imposto sobre rendimento	34.291.052	-
· Outros impostos e taxas	24.740.909	24.728.356
Activos por impostos diferidos	68.633.917	682.309
Activos por impostos	127.665.878	25.410.665
Passivos por impostos correntes	7.047.114	45.469.423
· Imposto sobre rendimento	565.994	38.978.170
· Outros impostos e taxas	6.481.120	6.491.253
Passivos por impostos diferidos	69.241.185	52.989.364
Passivos por impostos	76.288.299	98.458.787

O valor em dívida ao sector público estatal, inclui fundamentalmente os impostos correntes a pagar ao Estado e Instituto de Seguros de Portugal, inerentes à actividade Seguradora, nomeadamente impostos sobre Apólices, FAT, Serviço Nacional de Bombeiros e Instituto Nacional de Emergência Médica.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Estado e outros entes públicos inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a Pensõesger – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

EUR	Activos		Passivos		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Propriedades de investimento	33.743	46.252	-	-	33.743	46.252
Activos intangíveis	-	-	(69.241.183)	(71.142.550)	(69.241.183)	(71.142.550)
Activos financeiros	18.235.571	11.819.268	-	-	18.235.571	11.819.268
Passivos por contratos de seguro e de investimento	7.303.648	5.185.480	-	-	7.303.648	5.185.480
Provisões	3.232.915	986.867	-	-	3.232.915	986.867
Prejuízos fiscais reportáveis	38.885.348	-	-	-	38.885.348	-
Outros	942.692	797.628	-	-	942.692	797.628
Impostos diferidos activos/ (passivos)	68.633.917	18.835.495	(69.241.183)	(71.142.550)	(607.266)	(52.307.055)
Líquido de activos/ passivos	-	(18.153.186)	-	18.153.186	-	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	68.633.917	682.309	(69.241.183)	(52.989.364)	(607.266)	(52.307.055)

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

O movimento do imposto diferido de balanço em 2010 e 2009, foi reconhecido como segue:

EUR	2010		2009	
	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor	Reconhecido nos resultados	Reconhecido na reserva de justo valor
Propriedades de investimento	(12.509)	-	623.499	-
Activos intangíveis	1.901.365	-	11.033.366	-
Activos financeiros	710.873	5.705.430	7.171.696	(11.811.492)
Passivos por contratos de seguro e de investimento	2.118.168	-	(2.002.276)	-
Provisões	2.246.048	-	(270.326)	-
Prejuízos fiscais reportáveis (Segmento Vida)	(43.983.846)	82.869.191	-	-
Outros	145.066	-	603.394	-
Impostos diferidos activos/ (passivos)	(36.874.835)	88.574.621	17.159.353	(11.811.492)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2010 e 2009 é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Imposto corrente	(9.145.976)	(52.517.855)
Imposto diferido	(36.874.835)	17.159.353
Total do imposto reconhecido em resultados	(46.020.811)	(35.358.502)

O imposto sobre o rendimento reconhecido na reserva de justo valor (capital próprio) em 2010 e 2009 é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Imposto corrente	(24.851.325)	(24.851.325)
Imposto diferido	102.570.186	13.995.565
Total do imposto reconhecido na reserva de justo valor	77.718.861	(10.855.760)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

EUR	2010	2009
Resultado antes de impostos	160.117.858	132.144.674
Taxa de imposto	29,0%	26,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	46.434.179	35.018.339
· Tributação autónoma	111.131	107.106
· Efeito da alteração da Taxa de Imposto	7.223.693	-
· Efeito da taxa aplicável aos prejuízos fiscais reportáveis	(7.037.415)	-
· Outras diferenças permanentes	(710.777)	233.057
	46.020.811	35.358.502

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

NOTA 26 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica Acréscimos e diferimentos inclui um montante de Euros 1.060.000, relativos ao serviço prestado pela Accenture na gestão de sinistros dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel.

NOTA 27 – PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADAS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Esta rubrica no montante de Euros 6.018.205.000 (2009: Euros 6.044.647.000) é relativa aos passivos financeiros relacionados com os contratos de investimento de unit linked. Este passivos compreendem também o justo valor das garantias ou opções incorporadas nesses contratos.

De acordo com os critérios definidos no IFRS 7 (ver nota 16), os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento classificam-se como nível 2. A avaliação destes passivos é efectuada pelo Grupo tendo por base o justo valor dos activos subjacentes.

NOTA 28 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Depósitos recebidos de resseguradores	17.056.662	18.259.206
Outros passivos financeiros	213.574.989	558.279.213
Total	230.631.651	576.538.419

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os Outros passivos inclui o valor das responsabilidades inerentes ao contrato de recompra (REPO) de investimentos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A. Os activos incluídos no termo do acordo, não foram desreconhecidos nas Demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses investimentos (ver nota 35).

NOTA 29 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Tomadores de seguros e intermediários	22.200.359	22.441.114
Resseguradores	5.679.450	6.849.832
Credores por operações seguro e resseguro	27.879.809	29.290.946
Outros credores	26.594.258	94.622.109
Total	54.474.067	123.913.055

Em 2009, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 56.349.000 relativo a investimentos adquiridos nos últimos dias do ano e que foram pagos no início de 2010.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica Outros credores inclui o montante de Euros 24.728.000 relativo ao reembolso do IVA resultante de um contrato de dação de imóveis entre a Millennium BCP – Prestação de Serviços, A.C.E. e a PensõesGere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.G.F.P., S.A., na qualidade de entidade administradora, gestora e representante do fundo de Pensões do Grupo BCP.

Em 2010, o valor de comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A no montante de Euros 18.470.000 (2009: Euro 18.213.000) estão incluídas na conta de Tomadores de seguros e intermediários.

NOTA 30 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 2010, os acréscimos de custos incluem um montante de Euros 6.078.000 (2009: Euro 5.372.000) relativo a fees de gestão dos unit linked a pagar ao gestor de activos do Grupo.

Adicionalmente, em 2009 inclui o montante de Euros 6.220.000 relativos ao *Fee* de sucesso a ser pago pelo Grupo ao gestor de activos, calculado em função da performance obtida. Em 2010 não houve lugar a este tipo de comissões.

A estimativa do valor actual das contribuições futuras do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT), conforme referido nas políticas contabilísticas (FAT) no valor de Euros 897.000 (2009: Euros 865.000), está também incluído nos Acréscimos de custos.

NOTA 31 – OUTRAS PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta conta é analisado como segue:

EUR	2010	2009
Provisão para impostos	259.892	93.437
Outras provisões	9.866.897	2.573.264
Total	10.126.789	2.666.701

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as alterações das outras provisões são analisadas como segue:

EUR	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	2.666.701	2.402.672
Reversão do exercício	(2.147.819)	(1.952.742)
Dotação do exercício	9.665.352	2.159.326
Outros movimentos	(57.445)	57.445
Saldo em 31 de Dezembro	10.126.789	2.666.701

Em 31 de Dezembro de 2010, foi anunciado pelo Conselho de Administração e Comissão Executiva um plano de reestruturação, sendo que em resultado do mesmo, foi reconhecida uma provisão para reestruturação no montante de Euros 9.000.000.

II**Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II.6 Notas à demonstração das alterações no capital próprio consolidado

NOTA 32 – CAPITAL, RESERVA LEGAL, RESULTADOS TRANSITADOS E RESERVA DE JUSTO VALOR

Capital

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., encontra-se representado 200.000.475 acções com o valor nominal de Euros 5 cada.

Os accionistas do Grupo são apresentados como segue:

	% Capital social
Ageas Insurance, B.V.	51
Banco Comercial Português, S.A.	49
	100

Reserva legal

De acordo com a Legislação Portuguesa, a Millenniumbcp Ageas tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do valor do Capital social.

Reserva de reavaliação (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota II.1.

A movimentação ocorrida na reserva de justo valor, antes de impostos, durante o ano de 2010 e 2009 foi como segue:

EUR	2010	2009
Saldos em 1 de Janeiro	83.179.589	(50.753.287)
Ajustamentos no justo valor	(391.497.758)	133.272.992
Vendas	2.685.521	659.884
Saldos em 31 de Dezembro	(305.632.648)	83.179.589

A reserva de justo valor é analisada como se segue:

EUR	2010	2009
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	6.253.591.324	5.457.472.755
Custo amortizado investimentos disponíveis para venda líquido imparidade	6.253.591.324	5.457.472.755
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	5.947.958.676	5.540.652.344
Ajustamentos no justo valor reconhecidos na reserva reavaliação	(305.632.648)	83.179.589
Ajustamentos por reconhecimento de impostos correntes e diferidos	77.718.861	(22.042.591)
Reserva de reavaliação antes de "shadow", líquida de impostos	(227.913.787)	61.136.998
Participação resultados a atribuir ("shadow"), líquida impostos	-	(31.027.627)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos	(227.913.787)	30.109.371

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2010 é analisado como se segue:

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO								
EUR	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	-	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	-	-	-	(227.913.787)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	114.097.047	114.097.047
Resultados transitados	-	-	-	-	-	251.277.808	-	251.277.808
Reserva legal	-	-	-	-	7.621.014	-	-	7.621.014
Saldos 31 de Dezembro 2010	1.000.002.375	(305.632.648)	77.718.861	(227.913.787)	7.621.014	251.277.808	114.097.047	1.145.084.457

O Capital próprio em 31 de Dezembro de 2009 é analisado como se segue:

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO								
EUR	Capital	Valor bruto	Impostos diferidos e correntes	Valor líquido	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Capital	1.000.002.375	-	-	-	-	-	-	1.000.002.375
Reservas de reavaliação	-	83.179.589	(22.042.591)	61.136.998	-	-	-	61.136.998
Participação resultados a atribuir ("shadow")	-	(42.214.458)	11.186.831	(31.027.627)	-	-	-	(31.027.627)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	96.786.172	96.786.172
Resultados transitados	-	-	-	-	-	155.404.022	-	155.404.022
Reserva legal	-	-	-	-	6.708.628	-	-	6.708.628
Saldos 31 de Dezembro 2009	1.000.002.375	40.965.131	(10.855.760)	30.109.371	6.708.628	155.404.022	96.786.172	1.289.010.568

II.7 Informação adicional ao reporte por segmentos

NOTA 33 – CONTA TÉCNICA NÃO VIDA POR RAMO

EUR	2010					2009				
	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	148.435.922	21.283.366	21.503.674	3.166.333	194.389.295	131.105.364	22.025.980	22.593.955	3.210.480	178.935.779
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(107.013.625)	(12.883.286)	(17.285.177)	(1.008.114)	(138.190.202)	(97.453.932)	(8.158.470)	(17.761.019)	(1.084.148)	(124.457.569)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(119.318)	144.354	(1.539.673)	(130.603)	(1.645.240)	(738.601)	(157.943)	(42.368)	275.418	(663.494)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(598.724)	-	-	-	(598.724)	(428.564)	-	-	-	(428.564)
Custos e gastos de exploração líquidos	(35.431.507)	(3.084.674)	(5.801.344)	(1.249.916)	(45.567.441)	(28.147.820)	(1.393.411)	(5.247.948)	(1.220.612)	(36.009.791)
Rendimentos	3.009.009	340.420	612.920	168.527	4.130.876	3.561.255	330.728	736.392	165.335	4.793.710
Gastos financeiros	(582.529)	(68.842)	(98.404)	(31.725)	(781.500)	(634.948)	(81.546)	(171.571)	(32.460)	(920.525)
Ganhos líquidos de activos financeiros	602.411	105.563	156.721	15.614	880.309	(15.498)	6.124	17.344	2.016	9.986
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	154.618	(9.757)	-	-	144.861	109.651	-	-	-	109.651
Margem técnica	8.456.257	5.827.144	(2.451.283)	930.116	12.762.234	7.356.907	12.571.462	124.785	1.316.029	21.369.183
Proveito dos investimentos					876.312					1.096.119
Mais/(menos) valias realizadas					(367)					482.459
Despesas gerais					(363.269)					(161.151)
Outros proveitos/(custos) não técnicos					1.432.708					109.563
Resultado não técnico					1.945.384					1.526.989
Resultado antes de impostos					14.707.618					22.896.172

	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total	Acidentes e doença	Incêndio e outros danos	Automóvel	Outros	Total
Provisões – Valor bruto	81.971.254	15.290.384	30.143.991	10.298.819	137.704.448	82.950.804	14.632.992	29.516.482	7.075.201	134.175.479
Parte dos resseguradores	12.460.704	3.046.483	250.742	4.577.644	20.335.573	14.195.632	2.825.040	1.146.371	2.134.517	20.301.560

NOTA 34 – CONTA TÉCNICA DO RAMO VIDA POR PRODUTO

EUR	2010				2009			
	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total	Contratos de seguro	Contratos de investimento	Contratos UL	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	160.663.536	952.143.656	-	1.112.807.192	163.041.217	980.980.014	-	1.144.021.231
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	64.321.622	64.321.622	-	-	59.379.110	59.379.110
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(52.410.543)	(525.507.621)	-	(577.918.164)	(60.725.482)	(415.202.800)	-	(475.928.282)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(202.424)	(505.531.666)	-	(505.734.090)	6.897	(642.211.913)	-	(642.205.016)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	(6.005.982)	(52.190.851)	-	(58.196.833)	(6.368.356)	(38.953.230)	-	(45.321.586)
Custos e gastos de exploração líquidos	(22.453.027)	(27.319.531)	(19.906.411)	(69.678.969)	(19.257.492)	(22.878.174)	(16.737.430)	(58.873.096)
Rendimentos	10.959.093	200.137.611	-	211.096.704	11.097.823	165.054.606	-	176.152.429
Gastos financeiros	(845.105)	(9.396.889)	(13.625.412)	(23.867.406)	(1.068.434)	(19.207.762)	(12.542.853)	(32.819.049)
Ganhos líquidos de activos financeiros	(486.290)	(5.795.428)	3.417.136	(2.864.582)	230.424	(2.788.505)	1.159.978	(1.398.103)
Amortização do valor do negócio adquirido (VOBA)	(21.668.614)	(3.731.143)	(4.299.992)	(29.699.749)	(26.476.209)	(7.308.509)	(7.850.626)	(41.635.344)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	122.192	1.550.209	(98.316)	1.574.085	79.039	1.542.745	(47.530)	1.574.254
Margem técnica	67.672.836	24.358.347	29.808.627	121.839.810	60.559.427	(973.528)	23.360.649	82.946.548
Proveito dos investimentos				14.080.477				22.784.054
Mais/(menos) valias realizadas				2.251.131				(4.344.550)
Despesas gerais				(5.097.316)				(6.533.739)
Outros proveitos/(custos) não técnicos				12.336.139				14.396.189
Resultado não técnico				23.570.431				26.301.954
Resultado antes de impostos				145.410.241				109.248.502

II.8 Outras notas

NOTA 35 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o valor das remunerações do Conselho de Administração são analisadas como segue:

EUR	2010	2009
Remunerações	1.240.830	1.561.003
Contribuições para o fundo de pensões	2.295.434	115.153
	3.536.264	1.676.156

A análise das transacções com partes relacionadas, é analisada como segue:

EUR					
Balanco	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	154.979.246	-	-	-	154.979.246
Empréstimos concedidos e contas receber	301.050.167				301.050.167
Activos financeiros disponíveis para venda	325.390.985	-	-	-	325.390.985
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	3.533.024.309	81.040.600	-	-	3.614.064.909
Outros activos	1.453.328	-	-	1.538.074	2.991.402
Total do activo	4.315.898.035	81.040.600	-	1.538.074	4.398.476.709
Provisões técnicas	126.234.954	131.091	-	-	126.366.045
Outros passivos financeiros	213.574.989	-	-	-	213.574.989
Outros passivos	18.898.730	-	11.847	148.009	19.058.586
Total do passivo	358.708.673	131.091	11.847	148.009	358.999.620
Líquido Activo / (Passivo) 2010	3.957.189.362	80.909.509	(11.847)	1.390.065	4.039.477.089
Líquido Activo / (Passivo) 2009	4.344.902.472	72.916.993	-	1.543.016	4.419.362.481

EUR					
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Fundo Pensões BCP	Fundo Pensões Ageas	Total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	13.211.506	-	21.525.419	-	34.736.925
Dividendos e juros a receber	173.798.747	-	-	-	173.798.747
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(901.295)	-	-	-	(901.295)
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(449.485.126)	13.707.940	-	-	(435.777.186)
Total de proveitos	(263.376.168)	13.707.940	21.525.419	-	(228.142.809)
Variação provisões técnicas líquida de resseguro	(19.998.677)	(42.050)	(9.918.699)	-	(29.959.426)
Custos de aquisição	(74.250.270)	-	-	-	(74.250.270)
Gastos gerais e administrativos	(19.251.386)	-	4.396.545	(3.368.734)	(18.223.575)
Total de custos	(113.500.333)	(42.050)	(5.522.154)	(3.368.734)	(122.433.271)
Líquido Proveitos / (Custos) 2010	(376.876.501)	13.665.890	16.003.265	(3.368.734)	(350.576.080)
Líquido Proveitos / (Custos) 2009	213.089.072	37.406.008	16.085.180	(1.422.456)	265.157.804

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

As transacções com Partes relacionadas foram efectuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transacções similares.

As transacções com o Grupo BCP, são referentes, nomeadamente, a investimentos, a comissões a pagar ao Banco Comercial Português, S.A., pela distribuição dos produtos do Grupo e a comissões a pagar à Millenniumbcp Prestação de Serviços, A.C.E., por serviços partilhados.

Em 2010, a Millenniumbcp Ageas fez um acordo de venda e recompra (REPO) de títulos de rendimento fixo (dívida pública) com o Banco Comercial Português, S.A., no montante de Euros 213.575.000 (2009: Euros 558.279.000). Os activos vendidos e recomprados nos termos do acordo não foram desreconhecidos pela Millenniumbcp Ageas, uma vez que não houve transferência de riscos e benefícios inerentes à posse desses títulos.

NOTA 36 – ACTIVOS SOB GESTÃO

A Pensõesgere é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os activos sob gestão são analisados por tipo de investimento da seguinte forma:

EUR	2010	2009
Títulos de rendimento fixo	3.016.468.389	3.753.670.116
Títulos de rendimento variável	3.151.544.683	2.789.310.491
Propriedades de investimento	549.608.291	549.661.291
Total	6.717.621.363	7.092.641.898

As variações ocorridas durante o exercício nos fundos sob gestão, são analisadas, como segue:

EUR	2010	2009
Saldo em 1 de Janeiro	7.092.641.898	6.898.207.940
Contribuições líquidas	(100.470.051)	(328.972.010)
Mais/ (menos) valias realizadas	(259.793.729)	605.809.263
Transferências	(14.756.755)	(82.403.295)
Saldo em 31 de Dezembro	6.717.621.363	7.092.641.898

NOTA 37 – GESTÃO DE RISCOS

Uma gestão de risco saudável é um dos pilares de suporte a uma estratégia de crescimento rentável e sustentável, e consequentemente uma competência nuclear na Millenniumbcp Ageas. Como parte da sua governação, a Millenniumbcp Ageas adoptou uma estrutura organizacional de gestão de riscos baseada na estrutura em vigor no Grupo Ageas. O objectivo primordial é o desenvolvimento e implementação de uma estrutura de gestão de riscos que permita assegurar e atingir o equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno de modo a fixar e preservar a confiança dos

clientes, dos accionistas, dos reguladores, das agências de avaliação de rating e das restantes partes interessadas. A estrutura da gestão de riscos está inerente a todos os níveis dentro da Millenniumbcp Ageas.

Taxonomia de riscos:

Em linha com as políticas e princípios de gestão dos riscos do Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas centralizou as várias funções relacionadas com a gestão dos riscos, através de reporte directo ao Administrador responsável pelo pelouro financeiro (CFO), o qual é também responsável pelo risco (CRO). Na mesma altura, o Grupo adoptou a taxonomia standard da Ageas na gestão dos principais riscos:

Risco operacional	Risco de investimento	Risco específico de seguros
Risco evento	Risco de crédito	Risco específico do ramo Vida
Risco negócio	Risco de mercado	Risco específico do ramo Não Vida
	Risco de liquidez	

a) Risco operacional

Qualquer instituição, incluindo as instituições financeiras, estão sujeitas a risco operacional consequência, da incerteza inerente ao negócio, e do processo de tomada de decisão. Para efeitos de reporte e monitorização, o risco operacional pode ser dividido em duas categorias, risco de evento e risco de negócio.

O risco de evento compreende o risco de perdas resultantes da inexistência ou falha de processos internos, pessoas e sistemas ou devido a eventos externos. Esta definição de risco de evento inclui o risco legal e de compliance, excluindo o risco estratégico e reputacional.

O risco de negócio é o risco de “estar no negócio” e compreende o risco da perda devido a mudanças no ambiente estrutural e/ou competitivo. Tem uma natureza essencialmente externo podendo, mesmo assim, ser mitigado por boas práticas de gestão.

A função de gestão do risco operacional da Millenniumbcp Ageas, integrada no departamento de Gestão de Risco, continua a implementar as melhores praticas de gestão do risco operacional mediante a introdução dos princípios e metodologias em vigor no Grupo Ageas. Em particular, a implementação de uma estrutura de gestão de risco operacional e gestão de controlo, cobrindo todos os níveis do risco operacional. A estrutura de risco operacional e gestão de controlo (ORMC) inclui políticas para o controlo do risco operacional, para a identificação, avaliação, mensuração e reporte destes riscos e para a sua mitigação.

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

POLÍTICA DE RISCO OPERACIONAL (EVENTO)				
Risco Operacional – identificação, avaliação, mensuração/modelação, análise, reporte, monitorização				
Quadro de integração de Risco Operacional				
Dados de Perdas · Recolha de dados de perdas · <i>Benchmarking</i> interno vs externo	Modelo · RO Var · Capital Económico · Capital Regulatório	Auto-avaliações de Risco · Avaliação de exposição a Risco Operacional · Análise de cenários · Identificar riscos e accionar acções	Indicadores Chave de Risco (KPI) · Definir KRI para diferentes áreas · Monitorar KRI e Acções de mitigação	Avaliação Contribuinte Negócio · Avaliação dos PCN · Análises de impacto · Definir Limites
Linha de Produto/Processo de Linha de Negócio/Entidade Geral				
GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL (EVENTO) POR PROCESSO/LINHA NEGÓCIO				
Mitigação de Risco (prevenção, redução/transparência, controlo)				
Plano de Negócio (PCN)	Implementação de Controlos de Gestão	Management Control Statements	Transferência de Risco (Resseguro, etc.,...)	

A implementação desta estrutura contribui para o aumento da consciência relativamente ao risco operacional, assim como a eficiência da sua monitorização, mensuração e necessidades de capital. Para que esta abordagem tenha sucesso, será necessário implementar uma gestão de risco transversal à organização e definir uma política de mitigação apropriada, tendo em consideração o processo de negócio inerente à Millenniumbcp Ageas.

Para a efectiva e eficiente identificação e gestão dos riscos operacionais, a Millenniumbcp Ageas já implementou algumas ferramentas e técnicas:

- As Avaliações de Risco são efectuadas periodicamente no negócio e suportam funções que asseguram uma visão desenvolvida do perfil de risco operacional. Isto consiste numa avaliação de risco ascendente com o objectivo da identificação e avaliação do risco operacional no contexto organizacional e de processo;
- O Plano de Continuidade de Negócio é um processo de gestão que identifica as potenciais ameaças para uma organização e o impacto nas operações de negócio, que essas ameaças possam ter no caso de ocorrerem. Fornece uma estrutura para a construção de flexibilidade organizacional com a capacidade de dar uma resposta efectiva que salvguarde a reputação, os interesses dos seus stakeholders, marca e valor criando actividades;
- Segurança de Informação que define a estrutura organizacional, gestão e corpo de responsabilidades e as directivas de informação de segurança aplicadas através da Millenniumbcp Ageas;
- Declaração de Controlo de Gestão: enquanto o risco operacional incide sobre os riscos operacionais de evento, o controlo de gestão está associado ao risco de negócio. As equipas de gestão assinam as suas declarações de controlo de gestão no final de cada ano, que é um testemunho do funcionamento da gestão de risco e do sistema de controlo interno durante o ano.

b) Risco de investimento

O risco de investimento, é composto por três riscos: crédito, mercado e liquidez.

Risco de crédito

O risco de crédito deve ser entendido como o risco decorrente da incapacidade de um emissor cumprir os termos contratados ou de alguma forma falhar esses termos.

No contexto da Millenniumbcp Ageas, este risco é essencialmente relevante nas suas carteiras de investimentos financeiros, através da sua exposição a obrigações, em que estamos investidos para benefício quer dos segurados, quer dos nossos accionistas. Este risco é gerido através da implementação de uma política de crédito que contém um conjunto de princípios, normas, directrizes e procedimentos para efeitos de identificação, mensuração e reporte.

A Millenniumbcp Ageas está, igualmente, exposta a risco de crédito, através dos tratados de resseguro, mas relativamente a estes, a Millenniumbcp Ageas assegura-se que os mesmos são colocados em instituições de elevada qualidade creditícia.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento repartida por “investimentos disponíveis para venda”, “investimentos ao justo valor através de resultados” e “carteira de negociação”, por tipo de activo:

EUR

CARTEIRA DE INVESTIMENTO	2010	%	2009	%
Activos financeiros disponíveis para venda	5.837.316.800		5.440.472.030	
Dívida pública	2.801.926.614	48,0%	2.593.033.137	47,7%
Obrigações	2.716.468.113	46,5%	2.525.975.599	46,4%
Acções	217.829	0,0%	235.323	0,0%
Fundos de investimento:				
· Obrigações	89.730.195	1,5%	101.315.969	1,9%
· Acções	-	0,0%	3.237.640	0,1%
· Imobiliário	193.840.822	3,3%	189.312.386	3,5%
· Alternativos	35.133.227	0,6%	27.361.976	0,5%
Activos financeiros ao justo valor	5.856.920.092		5.897.547.280	
Dívida pública	44.235.455	0,8%	42.190.178	0,7%
Obrigações	5.598.745.194	95,6%	5.759.194.672	97,7%
Fundos de investimento:				
· Obrigações	99.740.430	1,7%	38.648.196	0,7%
· Acções	102.701.740	1,8%	41.160.116	0,7%
· Alternativos	11.497.273	0,2%	16.354.118	0,3%
Detidos para negociação	(14.589.314)	0,0%	(392.524.979)	0,0%
· Derivados de negociação	198.985.675		165.754.234	
· Repo	(213.574.989)		(558.279.213)	
Total	11.679.647.578		10.945.494.331	

Um dos objectivos da política de investimento do Grupo é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, por sector, mercado e país.

II**Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

As acções detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Acções por tipo de indústria	ACTIVOS FINANCEIROS DÍSPONÍVEIS PARA VENDA			
	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Instituições financeiras	168.542	77,4%	168.542	71,6%
Comunicações	47.032	21,6%	64.521	27,4%
Consumíveis não cíclicos	2.250	1,0%	2.250	1,0%
Consumíveis cíclicos	5	0,0%	10	0,0%
	217.829	100,0%	235.323	100,0%

As obrigações detidas pelo Grupo podem ser decompostas por tipo de sector:

Obrigações por tipo de indústria	ACTIVOS FINANCEIROS DÍSPONÍVEIS PARA VENDA				ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR			
	2010		2009		2010		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	2.801.926.614	50,8%	2.593.033.137	50,7%	44.235.455	0,8%	42.190.178	0,7%
Instituições financeiras	2.031.924.656	36,8%	1.853.561.731	36,2%	4.027.139.928	71,4%	4.144.700.124	71,4%
Operações de securitização	17.745.332	0,3%	23.733.989	0,5%	78.938.998	1,4%	80.205.987	1,4%
Indústria	140.794.794	2,6%	158.265.187	3,1%	395.895.803	7,0%	489.464.738	8,4%
Sectores básicos e energéticos	149.240.258	2,7%	159.863.320	3,1%	140.840.299	2,5%	184.916.449	3,2%
Operações hipotecárias	17.323.876	0,3%	30.154.140	0,6%	9.413.504	0,2%	11.360.514	0,2%
Consumíveis não cíclicos	61.546.565	1,1%	53.243.080	1,04%	127.529.321	2,3%	1.793.191	0,03%
Consumíveis cíclicos	31.971.291	0,6%	16.363.250	0,32%	207.300.226	3,7%	199.490.761	3,44%
Comunicações	143.294.381	2,6%	106.638.306	2,08%	188.449.483	3,3%	142.559.850	2,46%
Materias primas	22.710.913	0,4%	23.072.383	0,45%	337.380.198	6,0%	409.539.594	7,06%
Diversos	69.544.627	1,3%	69.721.543	1,36%	84.951.352	1,5%	93.943.771	1,62%
Energia	30.371.420	0,6%	31.358.670	0,61%	906.082	0,0%	1.219.693	0,02%
	5.518.394.727	100,0%	5.119.008.736	100,0%	5.642.980.649	100,0%	5.801.384.850	100,0%

Os quadros seguintes mostram a qualidade creditícia (*rating*) dos emitentes de todas as obrigações, depósitos e outros devedores (com base em *ratings* externos):

EUR	ACTIVOS FINANCIEROS DÍSPONÍVEIS PARA VENDA				ACTIVOS FINANCIEROS AO JUSTO VALOR			
	2010		2009		2010		2009	
Obrigações por notação de <i>Rating</i>	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
AAA	921.010.870	16,7%	1.289.030.785	25,2%	54.442.847	1,0%	59.002.039	1,0%
AA	978.269.113	17,7%	735.563.261	14,4%	12.340.072	0,2%	85.028.647	1,5%
A	2.467.177.081	44,7%	2.420.943.624	47,3%	306.203.368	5,4%	3.135.337.624	54,0%
BBB	988.076.045	17,9%	671.169.281	13,1%	4.693.140.777	83,2%	2.494.814.517	43,0%
BB	124.610.887	2,3%	-	0,0%	469.992.274	8,3%	-	0,0%
B	-	0,0%	2.301.785	0,0%	5.477.764	0,1%	25.673.391	0,4%
CCC	5.152.825	0,1%	-	0,0%	9.604.556	0,2%	1.515.834	0,0%
CC	608.461	0,0%	-	0,0%	11.230.057	0,2%	-	0,0%
C	-	0,0%	-	0,0%	10.469.094	0,2%	-	0,0%
Não cotados	33.489.445	0,6%	-	0,0%	70.079.840	1,2%	12.798	0,0%
Total	5.518.394.727	100,0%	5.119.008.736	100,0%	5.642.980.649	100,0%	5.801.384.850	100,0%
Dívida pública – AFDV	2.801.926.614	50,8%	2.593.033.137	50,7%	44.235.455	0,8%	42.190.178	0,7%
Obrigações – AFDV	2.716.468.113	49,2%	2.525.975.599	49,3%	5.598.745.194	99,2%	5.759.194.672	99,3%
Total	5.518.394.727	100,0%	5.119.008.736	100,0%	5.642.980.649	100,0%	5.801.384.850	100,0%

EUR	2010		2009	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito				
BBB+	456.029.412	100,0%	1.018.826.620	100,0%
Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
AAA	168.564	0,37%	118.212	0,24%
AA	4.003.204	8,79%	3.077.659	6,29%
A	3.030.386	6,66%	2.990.509	6,11%
Sem <i>rating</i>	38.327.038	84,18%	42.753.076	87,36%
	45.529.193	100,00%	48.939.456	100,00%
Total	501.558.605		1.067.766.076	

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

As unidades de participação em fundos de investimento detidas pelo Grupo, podem ser decompostas por tipo e região geográfica:

EUR

Fundos de investimento por zona geográfica	Portugal	Luxemburgo	Ilhas Caimão	Total	%
Obrigações	-	89.730.195	-	89.730.195	28,2%
Ações	-	4.165.200	-	4.165.200	1,3%
Imobiliário	193.840.822	-	-	193.840.822	60,8%
Alternativos	4.884.260	-	26.083.767	30.968.027	9,7%
Total em Dezembro 2010	198.725.082	93.895.395	26.083.767	318.704.244	100,0%

Obrigações	9.705.244	91.610.725	-	101.315.969	31,5%
Ações	-	3.237.640	-	3.237.640	1,0%
Imobiliário	189.312.386	-	-	189.312.386	58,9%
Alternativos	2.491.713	-	24.870.263	27.361.976	8,5%
Total em Dezembro 2009	201.509.343	94.848.365	24.870.263	321.227.971	100,0%

EUR

JUSTO VALOR

Fundos de investimento por zona geográfica	Portugal	Luxemburgo	França	Irlanda	Ilhas Virgens	EUA	Alemanha	Inglaterra	Total	%
Obrigações	389.236	71.601.592	13.999.397	13.213.558	-	-	-	536.648	99.740.431	46,6%
Ações	113.773	79.751.898	-	22.119.752	-	413.802	-	302.514	102.701.739	48,0%
Alternativos	-	3.743.183	-	926.456	6.826.439	-	1.195	-	11.497.273	5,4%
Total em Dezembro 2010	503.009	155.096.673	13.999.397	36.259.766	6.826.439	413.802	1.195	839.162	213.939.443	100,0%

Obrigações	2.310.401	33.205.996	-	2.640.055	-	-	-	491.744	38.648.196	40,2%
Ações	173.259	28.298.176	5.463.004	6.322.148	-	684.684	-	218.845	41.160.116	42,8%
Alternativos	-	1.823.486	3.370.081	9.180.197	1.976.248	-	4.106	-	16.354.118	17,0%
Total em Dezembro 2009	2.483.660	63.327.658	8.833.085	18.142.400	1.976.248	684.684	4.106		96.162.430	100,0%

Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de perdas significativas resultantes de variações adversas do mercado, dos preços das ações, das taxas de juro, das taxas de câmbio e do valor do imobiliário. A Millenniumbcp Ageas reconhece que tal risco é inevitável, sendo consequência do tipo de negócio que explora, mas que, um determinado nível de risco de mercado é aceitável, sendo benéfico em prol dos seus segurados e accionistas.

O risco de mercado é dividido em dois tipos diferentes, risco de *ALM* e risco de *trading*, dependendo do propósito do investimento. Se o investimento for realizado com um propósito de realização de mais-valias a curto prazo está associado a risco de *trading*, qualquer investimento com propósito diferente será associado a risco de *ALM*.

A Millenniumbcp Ageas controla o risco *ALM* através de indicadores de exposição ao risco, tais como:

- (i) *Análises Cash-Flow gap*, as quais ilustram o perfil de exposição às taxas de juro ao longo do tempo e são utilizadas para quantificar e comparar a sensibilidade

dos activos e passivos nos diferentes intervalos de tempo, bem como analisar o *mismatch* entre activos e passivos para as diferentes maturidades;

- (ii) **Análises de sensibilidade às taxas de juro**, que indicam quanto pode variar o valor de mercado dos activos e dos passivos por ponto base de alteração da curva de taxas de juro. São feitos testes para cenários de +/-100bp aplicados ao justo valor;
- (iii) **“Duration”**, a qual é utilizada como um indicador chave para o risco de taxa de juro: reflecte a sensibilidade a uma pequena variação paralela da curva das taxas de juro;
- (iv) **“Earnings at risk”**, que é um indicador que simula o efeito de alteração das taxas de juro nos resultados futuros;
- (v) **“Value at Risk” (VaR)**, que calcula a perda potencial gerada por variações dos preços e das taxas de juro. Para a determinação do Capital Económico, o VaR é calculado com base num horizonte temporal de um ano e num grau de confiança de 99,97%.

O Comité de Risco monitoriza, trimestralmente, o risco do capital económico do ALM (Ecap)/ indicadores de retorno e posição assim como o capital económico. Neste Comité é também revista a estratégia de alocação de activos das companhias seguradoras, e em particular a definição estratégica óptima de alocação de activos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco da Millenniumbcp Ageas se tornar incapaz de:

- › honrar os seus compromissos financeiros para com os segurados e outros credores sem que para tal tenha que incorrer em perdas inaceitáveis;
- › realizar activos para financiar os seus compromissos financeiros, como e quando eles ocorrerem, tanto em circunstâncias normais de mercado, como em situações desfavoráveis.

Ou seja, o risco resultante da Millenniumbcp Ageas, embora solvente, não dispor de recursos disponíveis para cumprir os seus compromissos quando estes ocorrem, ou para o fazer, tenha de incorrer numa perda excessiva. A gestão deste risco assenta na combinação de uma gestão de recursos e simultaneamente, na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

Os saldos apresentados não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que incluem fluxos de caixa projectados e não se encontram descontados.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respectiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

EUR

Risco de liquidez 2010	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	135.865.793	59.372.402	571.980.796	2.698.340.930	2.617.821.235	-	6.083.381.155
Activos financeiros a taxa variável	31.976.670	17.818.295	96.978.957	427.287.615	521.747.099	-	1.095.808.637
Outros activos financeiros	207.650.539	382.381.520	355.752.287	564.502.095	45.930.592	319.844.576	1.876.061.609
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	492.210.062	737.429.032	2.121.982.471	2.291.359.084	213.939.443	5.856.920.092
Activos financeiros	375.493.002	951.782.280	1.762.141.072	5.812.113.111	5.476.858.010	533.784.019	14.912.171.493
Activos Não Financeiros	4.173.662	8.347.324	29.111.763	226.011.726	134.472.275	315.740.469	717.857.220
Total de activos	379.666.664	960.129.604	1.791.252.835	6.038.124.837	5.611.330.285	849.524.488	15.630.028.713
Outros passivos financeiros	15.333.074	36.924.803	231.020.881	1.617.170	209.791	-	285.105.718
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	4.823.586	348.705.559	575.988.654	3.213.655.813	1.875.031.626	-	6.018.205.238
Passivos Financeiros	20.156.660	385.630.362	807.009.535	3.215.272.983	1.875.241.417	-	6.303.310.956
Passivos não financeiros	45.635.825	32.768.518	91.748.246	1.759.282.917	5.214.432.180	-	7.143.867.685
Total de passivos	65.792.485	418.398.879	898.757.781	4.974.555.900	7.089.673.596	-	13.447.178.641

EUR

Risco de liquidez 2009	<1 mês Maturidade	1-3 meses Maturidade	3-12 meses Maturidade	1-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	sem Maturidade	Total
Activos financeiros a taxa fixa	189.345.640	49.940.000	292.059.478	1.731.092.755	2.517.053.878	-	4.779.491.752
Activos financeiros a taxa variável	27.680.450	62.038.574	257.722.894	389.684.328	578.584.280	-	1.315.710.526
Outros activos financeiros	213.946.452	54.780.334	854.828.097	683.582.025	127.408.577	321.462.544	2.256.008.029
Investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	-	94.371.221	229.598.380	2.876.144.060	2.595.161.212	102.273.157	5.897.548.030
Activos Financeiro	430.972.542	261.130.129	1.634.208.849	5.680.503.168	5.818.207.948	423.735.700	14.248.758.336
Activos não financeiros	3.944.951	7.889.903	30.711.185	150.390.594	134.327.279	315.740.469	643.004.381
Total de activos	434.917.493	269.020.032	1.664.920.034	5.830.893.763	5.952.535.226	739.476.169	14.891.762.717
Outros passivos financeiros	62.172.202	54.471.245	583.348.801	-	459.226	-	700.451.474
Passivos em que o risco é suportado pelo tomador de seguro	8.660.343	7.489	42.769.545	3.848.186.193	2.145.023.729	-	6.044.647.299
Passivos Financeiros	70.832.545	54.478.734	626.118.346	3.848.186.193	2.145.482.955	-	6.745.098.773
Passivos não financeiros	56.035.297	29.154.611	214.687.711	1.977.509.314	4.200.015.935	-	6.477.402.869
Total de passivos	126.867.842	83.633.345	840.806.058	5.825.695.507	6.345.498.890	-	13.222.501.642

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve por base os princípios e pressupostos existentes na Millenniumbcp Ageas para a gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua actividade, com os ajustamentos necessários respeitantes aos requisitos de divulgação aplicáveis.

Relativamente aos activos financeiros, nomeadamente aos investimentos (excepto Unit Linked), foi tomado como critério a maturidade contratual e a data de vencimento sendo considerado o valor nominal adicionado ao valor do cupão projectado a pagar até à maturidade usando-se para a taxa variável (*floating rate notes*) o cupão pago em Dezembro de 2010 e 2009 respectivamente.

No que diz respeito ao passivo, os principais pressupostos utilizados foram:

No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo vida (passivos não financeiros) e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:

- i) o valor de balanço dos contratos “Unit Linked” foram considerados com maturidade “à vista”;
- ii) no cálculo dos cash-flows não foram considerados resgates antecipados.

Risco de câmbio

Qualquer produto financeiro é denominado numa determinada moeda, o risco de câmbio advém de possíveis alterações da taxa de câmbio para a moeda de referência da Millenniumbcp Ageas, ou seja, o Euro.

A Millenniumbcp Ageas definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O balanço consolidado do Grupo tem a seguinte exposição por moeda:

EUR

Risco cambial 2010	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	11.753.070.702	37.371.640	7.247.145	7.189.281	11.804.878.768
Outros activos	1.418.401.500	-	-	-	1.418.401.500
Total de activos	13.171.472.202	37.371.640	7.247.145	7.189.281	13.223.280.268
Passivo	12.078.195.811	-	-	-	12.078.195.811
Total de passivos	12.078.195.811	-	-	-	12.078.195.811

EUR

Risco cambial 2009	EUR	USD	GBP	JPY	Total
Investimentos	11.581.607.590	16.594.788	3.322.660	2.428.820	11.603.953.858
Outros activos	1.710.770.752	-	-	-	1.710.770.752
Total de activos	13.292.378.342	16.594.788	3.322.660	2.428.820	13.314.724.610
Passivo	12.025.714.042	-	-	-	12.025.714.042
Total de passivos	12.025.714.042	-	-	-	12.025.714.042

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o justo valor dos activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é analisado como se segue:

EUR	2010	2009
Activo		
Caixa e disponibilidades	154.979.246	239.238.743
Empréstimos e contas a receber	301.050.166	779.587.877
Devedores por operações de seguro directo, resseguro e outros	45.529.193	48.939.751
Total	501.558.605	1.067.766.371
Passivo		
Outras responsabilidade Financeiras	230.631.651	576.538.419
Credores por operações de seguro directo, resseguro e outros	54.474.067	123.913.055
Total	285.105.718	700.451.474

c) Risco específico de seguros

Devido à natureza particular da actividade seguradora, parte do risco da subscrição é transferido do segurado para a seguradora. Enquanto que ao nível do segurado este risco pode ser aleatório e portanto imprevisível, uma das principais funções da companhia é agrupar esses riscos individuais em carteiras onde os custos com sinistros e as suas variações potenciais podem ser analisados e modelizados. As companhias de seguros definem prémios, reservas e requisitos de capital (solvência) com base na percepção dos custos médios com sinistros e de como é que estes podem variar. Analisar, monitorizar e estimar estes custos são actividades essenciais na gestão do risco de seguro. A incerteza inerente às despesas futuras e às taxas de resgate/anulação fazem também parte do risco de seguro, dado o seu potencial impacto nos sinistros e requisitos de provisionamento.

O risco específico de seguros abrange todos os riscos inerentes à actividade seguradora, com excepção dos que são abrangidos no âmbito do risco de investimento ou do risco operacional. O risco específico de seguros pode ser dividido em duas classes diferentes, uma associada ao ramo Vida e outra ao ramo Não Vida.

Nos seguros de Vida, o risco específico de seguro surge da incerteza relacionada com as taxas de mortalidade, e é também denominado de “risco biométrico”. Os seguros de risco (temporários) e as rendas são muito sensíveis a mudanças nas taxas de mortalidade. Quando se observam decréscimos nas taxas de mortalidade relativamente aos pressupostos de *pricing*, existe risco de longevidade. Por outro lado, quando a mortalidade observada é superior à estimada, estamos na presença de risco de mortalidade. Assim, acréscimos inesperados nas taxas de mortalidade levam a custos com sinistros superiores ao estimado para os produtos de risco, mas custos inferiores para as rendas, e vice versa. Dado que o negócio Vida é um negócio de longo prazo, mudanças inesperadas nas taxas de resgate/anulação ou nas despesas podem também ter um impacto significativo.

Os seguros Não Vida, estão sujeitos ao risco de seguro através da incerteza relativa ao sinistros. Em particular, para os seguros de saúde, a incerteza dos custos está também relacionada com variações nos custos médicos. As taxas de invalidez podem

também ser incluídas no risco de longevidade quando os produtos são vitalícios, como sejam, pensões de acidentes de trabalho e algumas apólices de saúde.

Na tabela seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade do justo valor dos capitais a alterações de factores financeiros e não financeiros. Deve ser entendido como justo valor dos capitais a diferença entre o justo valor dos activos e das responsabilidades.

O justo valor das responsabilidades é determinado como o valor actual líquido dos fluxos futuros, considerando para o efeito o valor das opções embutidas, nomeadamente a distribuição de participação nos resultados. A valorização é realizada com base em princípios de mercado, i.e., os fluxos resultantes dos contratos de seguro são descontados à taxa de juro sem risco, enquanto os fluxos adicionais, como por exemplo a participação nos resultados, são valorizados com base em princípios de risco neutros.

VIDA		EUR
Análises de Sensibilidade	Impacto no Justo Valor em 31.12.2010	Impacto no Justo Valor em 31.12.2009
Taxas de juro sem risco +100bp	(39.509.045)	(35.601.694)
Taxas de juro sem risco -100bp	35.313.558	30.270.089
Imobiliário e acções -10%	(24.931.988)	(26.261.477)
Despesas gerais -10%	13.136.397	10.127.943
Taxas de Mortalidade -5%	11.087.006	12.926.643
Taxas de anulação/resgate -10%	27.613.095	27.309.715

NÃO VIDA		EUR
Análises de sensibilidade	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2010	Impacto no Resultado antes de impostos 31.12.2009
Custos de exploração – 10%	7.100.869	5.971.895
Custos com sinistros + 5%	(6.408.809)	(5.766.954)

Gestão do risco de seguro

A Millenniumbcp Ageas gere o risco específico dos seguros através da combinação de políticas de subscrição (*underwriting*), de *pricing*, de provisionamento e de resseguro.

O departamento de Actuariado é responsável por avaliar e gerir o risco específico de seguros no contexto das políticas e directrizes definidas a nível da Millenniumbcp Ageas. O Comité de Risco analisa e aprova regularmente a adequação dos prémios e das provisões técnicas. De destacar ainda que a gestão do risco específico dos seguros é gerida em conjunto com outros riscos incluindo o ALM. Neste sentido, outros departamentos, como Gestão do Risco, Resseguro e Investimentos são também envolvidos no processo.

Políticas de Subscrição

As políticas de subscrição integram as políticas globais de gestão do risco. As mesmas são definidas e revistas em articulação com o departamento actuarial, atendendo aos dados históricos de perdas registadas. Para o efeito, é usado um vasto conjunto de indicadores de desempenho e ferramentas de análise estatística por

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

forma a melhorar as normas de subscrição, melhorar a experiência em termos de perdas e/ou assegurar um ajustamento adequado dos preços.

Pricing

A Millenniumbcp Ageas tem como objectivo definir prémios que proporcionem lucros adequados depois de cobertos os custos com os sinistros (e outros custos) e o custo do capital. Os preços são testados recorrendo a técnicas e indicadores de desempenho adequados à carteira, tanto numa base à priori (por exemplo, *profit testing*), como à posteriori (por exemplo, o *embedded value* e os rácios combinados).

Os factores levados em consideração na definição dos preços dos contratos de seguros variam consoante o tipo de produto e os benefícios oferecidos, mas em geral incluem o seguinte:

- › Os custos estimados com sinistros e outros benefícios a pagar aos segurados e os seus *timings*;
- › O nível de incerteza associado aos custos esperados (o que inclui uma análise estatística dos custos com sinistros, bem como da evolução da jurisprudência, da conjuntura económica e das tendências demográficas);
- › Outros custos associados à comercialização de cada produto, tais como custos com a distribuição, o marketing, a gestão de apólices e a gestão de sinistros;
- › Condições do mercado de capitais e inflação;
- › Requisitos de capital (solvência);
- › Objectivos de rentabilidade;
- › Condições do mercado segurador, nomeadamente o preço de produtos semelhantes oferecido por concorrentes.

Provisionamento

A adequação das responsabilidades é revista anualmente, sendo as alterações consideradas necessárias imediatamente reconhecidas e registadas. O teste de adequação das responsabilidades (LAT) está em linha com as exigências dos IFRS, sendo definido por forma a dar garantias à gestão da Millenniumbcp Ageas que existem activos ou provisões suficientes para fazer face às responsabilidades calculadas ao justo valor (*best-estimate*), i.e., calculadas numa base económica, e também com um elevado grau de confiança.

Adicionalmente, a análise da adequação dos prémios e das provisões é regularmente efectuada, pelos actuários responsáveis, sendo as provisões do ramo Não Vida regularmente certificadas por uma entidade externa.

Resseguro

Quando apropriado, a Millenniumbcp Ageas celebra tratados de resseguro para limitar a sua exposição ao risco. O resseguro pode ser feito apólice a apólice (resseguro facultativo), nomeadamente quando o nível de cobertura exigido pelo segurado excede os limites internos de subscrição, ou com base na carteira (resseguro por tratado), em que as exposições individuais dos segurados estão dentro dos limites internos, mas em que existe um risco inaceitável de acumulação de sinistros, nomeadamente devido a fenómenos climatéricos (desastres naturais). Os eventos

mencionados anteriormente estão directamente relacionados com as condições atmosféricas bem como com a própria actividade do Homem. A selecção das resseguradoras baseia-se principalmente em critérios relacionados com o preço e a gestão do risco de crédito da contraparte.

O principal objectivo do resseguro é mitigar o impacto de grandes terremotos/sismos, tempestades ou inundações, grandes sinistros individuais em que os limites das indemnizações são elevados e o impacto de múltiplos sinistros desencadeados por uma única ocorrência.

Algumas resseguradoras expressaram a intenção de deixar de prestar coberturas ilimitadas e deixar de cobrir riscos de terrorismo de natureza nuclear, biológica ou química. As seguradoras envolvidas, em conjunto com associações do sector, têm estado a debater possíveis soluções para este problema com os governos envolvidos. Tais soluções podem passar por coberturas limitadas ou a criação de soluções (parcialmente) patrocinadas pelos governos.

A exposição máxima ao risco por ocorrência após resseguro e franquias por linha de negócio é resumida de seguida:

EUR

Ramo	Tipo de Resseguro	Limite de cobertura	Retenção líquida
Vida/Invalidez	Excedente	4.000.000	100.000
Vida (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	10.000.000	300.000
Incêndio	Excedente	12.000.000	300.000
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de Perdas (XL)	350.000.000	20.000.000
Responsabilidade Civil	Excesso de Perdas (XL)	2.450.000	50.000
Engenharia	Quota Parte + Excedente	2.750.000	250.000
Acidentes Pessoais	Excedente	1.500.000	75.000
Automóvel – responsabilidade civil	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	750.000
Automóvel – cascos	Excesso de Perdas (XL)	4.250.000	750.000
Marítimo	Quota Parte	1.000.000	400.000
Transportes	Excedente	1.500.000	75.000
Acidentes Pessoais (catástrofes)	Excesso de Perdas (XL)	50.000.000	250.000
Acidentes de Trabalho	Excesso de Perdas (XL)	30.000.000	500.000

Risco específico de Seguro

Risco específico do ramo Não Vida

O risco de sinistros no ramo Não Vida é relativo à incerteza das perdas efectivas decorrentes dos ramos de multiriscos, de patrimoniais (incluindo, automóvel e responsabilidade civil geral), de acidentes pessoais e de saúde. O tempo necessário para conhecer e liquidar os sinistros é um factor importante a ter em conta na constituição de provisões. Os sinistros de prazo curto, tais como os decorrentes do seguro automóvel/danos materiais e seguro de multiriscos, em geral são comunicados e liquidados em pouco tempo. A resolução de sinistros de prazo longo, tais como os relativos a danos corporais, podem levar anos a serem encerrados. Estes sinistros, devido à natureza das perdas, tornam as informações relativas à ocorrência mais

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

difíceis de obter bem como os tratamentos médicos necessários mais morosos. Para além disso, a análise de perdas de prazo longo é mais difícil, obriga a um trabalho mais pormenorizado, estando as estimativas dos pagamentos futuros mais sujeitas a incerteza.

Como consequência, as provisões para sinistros dos seguros não vida são estimadas para sinistros já ocorridos mas ainda não comunicados e para os sinistros já declarados mas ainda não totalmente liquidados. Em geral, a Millenniumbcp Ageas constitui provisões para sinistros por produto, cobertura e ano de acidente e toma em linha de conta as projecções futuras dos sinistros reportados não descontados e também a estimativa dos sinistros ainda não declarados. São ainda considerados os montantes das despesas com sinistros e o custo da inflação.

A provisão para riscos em curso, risco relativo às apólices para os quais os prémios já foram recebidos mas o período ainda não expirou, são cobertos pela provisões para prémios não adquiridos, para cobrir o risco referente à parte do tempo ainda não decorrido. Mensalmente são efectuados testes de adequação de prémios e, se se concluir que os prémios não adquiridos não serão suficientes para cobrir os sinistros esperados relativos ao período em falta, são constituídas provisões para riscos em curso.

A adequação global das provisões técnicas é testada trimestralmente, em linha com a política do Grupo Ageas e é certificada regularmente por uma entidade externa e independente. Os eventuais ajustamentos resultantes das estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes da exploração. Adicionalmente, quando for necessário e adequado as políticas de subscrição e preços são revistas.

O quadro seguinte apresenta a evolução das provisões para sinistros e a adequação histórica deste tipo de provisões:

TRIÂNGULO DE DESENVOLVIMENTO DAS PROVISÕES PARA SINISTROS – RAMOS NÃO VIDA

EUR

Posição balanço no fecho do ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Provisões para sinistros, incluindo IBN(ER) no final do exercício	53.092.391	59.961.862	61.885.453	63.824.579	70.184.162	74.406.671
Pagamentos acumulados a:						
Um ano de desenvolvimento	17.898.374	21.763.715	20.603.878	26.212.709	34.129.809	
Dois anos de desenvolvimento	24.005.796	24.404.684	26.243.302	33.145.210		
Três anos de desenvolvimento	25.314.641	27.235.730	31.052.408			
Quatro anos de desenvolvimento	27.927.665	30.078.011				
Cinco anos de desenvolvimento	30.616.881					
Reservas reavaliadas a:						
Um ano de desenvolvimento	49.167.765	54.685.321	52.871.836	58.658.157	70.412.088	
Dois anos de desenvolvimento	49.234.989	51.217.276	53.022.951	59.938.850		
Três anos de desenvolvimento	46.468.256	49.511.959	54.068.029			
Quatro anos de desenvolvimento	44.801.393	46.541.525				
Cinco anos de desenvolvimento	42.843.353					
(In)Suficiência acumulada em excesso das reservas iniciais face às reservas reavaliadas à data:						
Valor nominal	10.249.038	13.420.337	7.817.423	3.885.730	-227.926	
Percentagem	19,3%	22,4%	12,6%	6,1%	-0,3%	

	2009	2010
Provisões para sinistros no final do exercício	70.184.162	74.406.671
Provisões para sinistros a valores actualizados – Provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho	13.031.964	13.627.808
Provisões para encargos futuros de gestão de sinistros	2.038.336	1.872.026
Total provisões para sinistros Não Vida	85.254.462	89.906.505

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Para mitigar este risco, o Grupo recorre a critérios de selecção e políticas de subscrição baseadas na experiência histórica de perdas por tipo de cliente/sector e segmento de negócio, ajustadas pelo conhecimento ou expectativa da evolução futura da frequência e gravidade dos sinistros. A Millenniumbcp Ageas limita a sua exposição a grandes perdas potenciais tais como catástrofes naturais, eventos que envolvem vítimas múltiplas, incêndios catastróficos, acidentes nucleares ou sinistros de responsabilidade civil através de limites impostos nos contratos e/ou com a celebração de contratos de resseguro.

A Millenniumbcp Ageas contribui para a diversificação do negócio Não Vida (quer em termos de produtos quer em termos geográficos) reduzindo o risco ao nível do Grupo Ageas.

O rácio combinado é representado pela soma do rácio de sinistralidade e do rácio de despesas. O rácio de despesas resulta do quociente entre a divisão das despesas gerais imputáveis ao ramo (custos administrativos, amortizações, comissões e remuneração à rede, etc.) e os prémios adquiridos. O rácio de sinistros resulta do quociente entre os custos com sinistros e os prémios adquiridos.

O rácio combinado a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é o seguinte:

	Não Vida		Acidentes e Doença		Automóvel		Incêndio		Outros	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Rácio Sinistros	65,5%	60,9%	67,0%	67,1%	78,7%	77,8%	53,7%	32,5%	57,7%	25,5%
Rácio Despesas	25,9%	23,2%	26,0%	23,9%	27,1%	23,8%	25,1%	20,4%	22,8%	20,8%
Rácio Combinado Sinistros/Despesas	91,4%	84,1%	93,0%	91,0%	105,8%	101,6%	78,8%	52,9%	80,4%	46,3%

Risco de longevidade e mortalidade

O risco de longevidade ocorre quando um decréscimo inesperado das taxas de mortalidade conduz a aumentos de sinistros superiores aos esperados em produtos como as rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do *pricing*, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os prémios e constituir as provisões. Quando se chega à conclusão de que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e os prémios ajustados em conformidade.

O risco de mortalidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem menos do que o esperado sendo mais relevante, por exemplo, nos seguros temporários anuais renováveis. Dado o aumento contínuo da esperança de vida da população, o risco de mortalidade ao nível da carteira em vigor não é significativo nesta fase. No entanto, o risco de mortalidade pode tornar-se significativo se se manifestarem doenças epidémicas ou se ocorrer um grande número de mortes na sequência de catástrofes, tais como acidentes industriais ou ataques

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

terroristas. O risco de mortalidade é mitigado através da política de subscrição e da revisão regular das tabelas de mortalidade, mas também através de tratados de resseguro de protecção da retenção.

Os principais pressupostos actuariais usadas no cálculo do valor das reservas matemáticas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Pensões remíveis	Pensões não remíveis
Tabela de mortalidade	TD 88/90	35% TV 88/90 65% TV 73/77
Taxa de desconto	5,25%	3,5%
Comissões de gestão	2,4%	4,0%

A análise da adequação das responsabilidades só se aplica às pensões não remíveis. Os pressupostos tomados em consideração são iguais aos referidos supra, sendo que a taxa de desconto corresponde à taxa de juro sem risco a 10 anos com um máximo de 3,5%.

De acordo com a actual regulamentação, as provisões para seguros de vida são calculadas de acordo com os pressupostos actuariais definidas em cada apólice, tal como ilustrado no quadro seguinte:

	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
Risco	PM 60/64 ou GKM 80	3% ou 4%
Rendas*	GKF 80 ou TV 73/77	3% ou 3,5%
Produtos financeiros com participação nos resultados	PF 60/64 ou GKF 80	0%, 2%, 2,4% 3%, 3,25% ou 4%

* A reserva matemática de cada apólice em vigor não poderá ser inferior ao montante calculado com base na tábua de mortalidade TV 73/77 e na taxa técnica de 3,5%, independentemente das bases técnicas utilizadas no cálculo do prémio.

Em 31 Dezembro de 2010 e de 2009, para efeitos de análise da adequação das responsabilidades, os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes do exame histórico das carteiras. Os *cash flows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados com base na curva de taxas de juro sem risco. Os pressupostos de mortalidade usados foram os seguintes:

TABELAS MORTALIDADE	2010		2009	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Vida Risco				
· Vida Activa	70% GKM95	70% GKF95	70% GKM95	65% GKF95
· Credito Habitação	52,5% GKF95	52,5% GKF95	52,5% GKM95	55% GKF95
· Credito Pessoal	55% GKM95	50% GKF95	55% GKM95	50% GKF95
Rendas Vitalícias	100% PERM2000C	100% PERF2000C	100% PERM2000C	100% PERF2000C
Capitalização e PPR's	40% GKM95	40% GKF95	40% GKM95	40% GKF95

De acordo com a regulamentação e a legislação contractual em vigor, a participação nos resultados foi calculada para todos os produtos e/ou por apólice, quando aplicável. Para alguns casos, e por decisão de gestão interna, foram decididos a atribuição superior à que está estalecida por decisão estratégica e/ou por decisão comercial, por exemplo, taxas garantidas atribuídas à cabeça para o novo negócio.

Risco de invalidez

O Risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efectivas devidas à ocorrência de invalidez superiores às esperadas e pode ser mais relevante, por exemplo, nas carteiras de seguros de saúde, acidentes pessoais, acidentes de trabalho e vida risco.

A incidência deste risco, bem como as taxas de recuperação são influenciadas por vários factores tais como o ambiente económico, a intervenção governamental, avanços da medicina, bem como os critérios utilizados para a avaliação da invalidez. Este risco é gerido através duma revisão regular do padrão histórico de sinistros e das tendências futuras esperadas, assim como através do ajustamento dos preços, provisões e política de subscrição, sempre que tal se justifique. A Millenniumbcp Ageas também mitiga o risco de invalidez através da adopção de questionários médicos adequados e ajustados de uma cobertura apropriada de resseguro.

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

EUR				
Linha de negócio Não vida 2010	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	95.938.000	2.439.545	2.301.153	100.678.698
Incêndio e outros danos	19.339.902	1.106.196	741.689	21.187.787
Automóvel				
· Responsabilidade civil	9.253.805	200.113	(1.278.502)	8.175.416
· Outras coberturas	6.363.677	2.359.686	258.295	8.981.658
Marítimo, aéreo e transportes	198.502	11.539	(31.245)	178.796
Responsabilidade civil geral	1.084.698	22.535	2.928.933	4.036.166
Crédito e caução	375.697	97	32.646	408.439
Protecção jurídica	-	-	(236.708)	(236.708)
Assistência	(172.910)	8.701	(242.048)	(406.257)
Diversos	197.264	13.920	4.942	216.126
Total não vida	132.578.635	6.162.332	4.479.154	143.220.122
Resseguro aceite	5.041.241	3.851.680	564.786	9.457.707
Total	137.619.876	10.014.012	5.043.941	152.677.829

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

EUR

Linha de negócio Não vida 2009	Montantes pagos – prestações	Montantes pagos – custos gestão sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Seguro directo				
Acidentes e doença	86.378.670	1.794.048	3.633.711	91.806.429
Incêndio e outros danos	10.605.425	537.657	1.127.359	12.270.441
Automóvel				
-Responsabilidade civil	8.501.925	39.899	143.286	8.685.110
-Outras coberturas	4.962.402	3.012.880	1.169.196	9.144.479
Marítimo, aéreo e transportes	194.154	27.557	(68.701)	153.010
Responsabilidade civil geral	770.706	45.617	165.519	981.843
Crédito e caução	-	77	(6)	72
Protecção jurídica	-	-	(7.132)	(7.132)
Assistência	2.316.530	2.383	(1.833.846)	485.067
Diversos	122.899	9.073	(21.620)	110.352
Total não vida	113.852.712	5.469.193	4.307.766	123.629.671
Resseguro aceite	3.433.076	3.649.291	17.274	7.099.641
Total	117.285.788	9.118.484	4.325.040	130.729.312

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

EUR

Linha de negócio 2010	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2010 em relação a 2009	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	43.135.694	34.842.400	16.033.366	7.740.072
Não Vida				
Acidentes e doença	48.245.844	21.812.439	30.021.515	3.588.109
Incêndio e outros danos	8.288.784	5.023.313	4.176.190	910.719
Automóvel				
-Responsabilidade civil	21.959.983	4.343.160	14.537.516	(3.079.307)
-Outras coberturas	2.265.839	1.383.915	415.492	(466.432)
Marítimo, aéreo e transportes	245.476	97.919	153.377	5.821
Responsabilidade civil geral	2.287.820	971.992	4.620.843	3.305.014
Crédito e caução	6	375.715	32.646	408.355
Protecção jurídica	236.708	-	-	(236.708)
Assistência	107.608	1.863.296	(38.010)	1.717.678
Diversos	1.616.394	54.681	1.553.480	(8.233)
Total não vida	85.254.462	35.926.430	55.473.049	6.145.016
Total	128.390.156	70.768.829	71.506.415	13.885.088

EUR

Linha de negócio 2009	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2008	Montantes pagos	Provisão para sinistros em 31 Dezembro 2009 em relação a 2008	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Vida	34.879.834	34.705.627	6.990.321	6.816.115
Não Vida				
Acidentes e doença	44.239.895	16.791.109	24.107.371	(3.341.415)
Incêndio e outros danos	7.559.593	3.295.364	3.473.406	(790.823)
Automóvel				
-Responsabilidade civil	21.626.872	4.047.950	16.244.459	(1.334.463)
-Outras coberturas	1.331.058	717.827	382.365	(230.866)
Marítimo, aéreo e transportes	314.177	41.810	153.392	(118.975)
Responsabilidade civil geral	2.122.226	679.644	1.849.304	406.722
Crédito e caução	11	8	-	(3)
Protecção jurídica	243.839	-	236.708	(7.132)
Assistência	123.947	1.826.387	27.903	1.730.344
Diversos	1.641.564	24.786	1.562.824	(53.954)
Total não vida	79.203.183	27.424.885	48.037.733	(3.740.565)
Total	114.083.016	62.130.512	55.028.054	3.075.550

Informação adicional por linha de negócio respeitante ao negócio vida e não vida é a seguinte:

EUR

Linha de negócio Não vida 2010	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	152.277.019	155.620.415	100.678.698	30.141.356	(24.986.476)
Incêndio e outros danos	39.877.661	39.638.212	21.187.787	9.727.938	(3.369.960)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	9.025.661	9.023.023	8.175.416	2.246.351	(895.629)
-Outras coberturas	13.019.843	12.795.729	8.981.658	3.554.969	459.249
Marítimo, aéreo e transportes	598.212	597.541	178.796	374.562	(150.503)
Responsabilidade civil geral	3.350.092	3.264.711	4.036.166	623.429	1.283.795
Crédito e caução	19.029	53.050	408.439	41.242	-
Protecção jurídica	284.924	260.792	(236.708)	32.168	(250.609)
Assistência	2.710.707	2.700.416	(406.257)	434.160	(1.530.726)
Diversos	860.343	402.821	216.126	133.194	112.331
Total não vida	222.023.490	224.356.710	143.220.122	47.309.367	(29.328.528)
Resseguro aceite	8.693.631	8.582.956	9.457.707	12.347.213	19.354.925
Total	230.717.121	232.939.665	152.677.829	59.656.581	(9.973.603)

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

**Notas explicativas
às demonstrações
financeiras
consolidadas**

EUR

Linha de negócio Não vida 2009	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos sinistros brutos	Custos exploração brutos	Saldo resseguro
Seguro directo					
Acidentes e doença	140.306.342	141.894.581	91.806.429	24.987.956	(23.169.126)
Incêndio e outros danos	38.172.932	37.619.543	12.270.441	7.641.341	(4.890.686)
Automóvel					
-Responsabilidade civil	11.063.954	11.316.781	8.685.110	1.956.271	61.744
-Outras coberturas	11.407.883	11.589.969	9.144.479	3.291.754	(312.721)
Marítimo, aéreo e transportes	653.448	703.576	153.010	316.625	(256.485)
Responsabilidade civil geral	2.796.222	2.350.325	981.843	445.760	(888.571)
Crédito e caução	92.945	90.319	72	39.453	(72.654)
Protecção jurídica	218.144	206.176	(7.132)	24.668	(31.076)
Assistência	2.679.583	3.026.226	485.067	463.896	(1.433.610)
Diversos	408.657	388.300	110.352	117.160	(46.030)
Total não vida	207.800.109	209.185.797	123.629.671	39.284.883	(31.039.215)
Resseguro aceite	5.700.241	5.574.483	7.099.641	10.419.447	15.180.996
Total	213.500.350	214.760.280	130.729.312	49.704.330	(15.858.219)

d) Requisitos de Solvência

O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a norma regulamentar nº 6/2007-R do Instituto de Seguros de Portugal, sendo determinada com base nas demonstrações financeiras estatutárias.

A Millenniumbcp Ageas faz uma monitorização mensal do seu nível de solvência, para o qual tem definido um objectivo mínimo de 200% da exigência legal.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a margem de solvência do Grupo é analisada como segue:

EUR

Rúbrica	31 Dezembro 2010	31 Dezembro 2009
Capital	1.000.002.375	1.000.002.375
Reservas Legal e de Reavaliação	(220.292.773)	36.818.000
Resultados Transitados	251.277.808	155.404.022
Resultado Líquido do Exercício	114.097.047	96.786.172
Total Situação Líquida (1)	1.145.084.457	1.289.010.569
Activos Intangíveis	(489.394.921)	(515.595.527)
Ajuste Pensões Reforma	(3.945.377)	(2.975.904)
Lucros Futuros Vida	-	28.622.768
Total (2)	(493.340.298)	(489.948.663)
Margem de Solvência Disponível (1) + (2)	651.744.159	799.061.906
Margem de Solvência Exigida	355.422.353	330.911.419
Excesso / Insuficiência	296.321.810	468.150.487
Rácio Solvência	183%	241%

NOTA 38 – JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Ocidental Vida são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados, Activos e passivos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cash flows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

No caso das acções não cotadas, são valorizadas ao custo histórico, sempre que não exista valores de mercado disponíveis que suportem a sua cotação e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

NOTA 39 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Passivos contingentes

As Companhias do Grupo estão envolvidas em processos judiciais em Portugal, relacionados com acções movidas pelas Companhias e contra as mesmas, os quais estão relacionados com o decurso normal da sua actividade enquanto empresas de seguros, entidades empregadoras e contribuintes fiscais. Não é exequível estimar ou prever o desfecho final dos processos judiciais em curso. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que, com as devidas reservas, a possibilidade de o desfecho dos processos judiciais em curso vir a ter um efeito material adverso nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é remota.

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2010 o total de garantias bancárias era de Euros 368.000 (2009: Euros 116.000). Estas garantias estão relacionadas com os processos de sinistro.

Compromissos

As Companhias do Grupo possuem diversos contratos de locação operacional de veículos. Os pagamentos efectuados no âmbito desses contratos de locação são reconhecidos nos resultados no decurso da vida útil do contrato. Os pagamentos futuros mínimos relativos aos contratos de locação operacional não revogáveis são os seguintes:

EUR				
	Até 3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Total
Rendas vincendas de contratos de leasing	112.262	317.130	746.951	1.176.343

NOTA 40 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA MILLENNIUMBCP AGEAS GRUPO SEGUADOR, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Millenniumbcp Ageas são analisadas como segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS [EUR]	2010	2009
Dividendos	-	16.000.000
Juros e outros proveitos similares	2.722.952	2.641.103
Total de proveitos	2.722.952	18.641.103
Total de custos	(802.150)	(393.377)
Resultado líquido do exercício	1.920.802	18.247.726

BALANÇO [EUR]	2010	2009
Investimentos em subsidiárias	999.953.125	999.953.125
Outros activos	91.578.306	90.071.693
Total de activos	1.091.531.431	1.090.024.818
Capitais próprios	1.091.341.022	1.089.420.220
Outros passivos	190.409	604.598
Total Capitais próprios e passivos	1.091.531.431	1.090.024.818

NOTA 41 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros:

reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

O Grupo não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

O Grupo não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do goodwill atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos “step acquisition” em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do goodwill, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o goodwill e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

O Grupo não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O

IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, o Grupo não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

O Grupo não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- › as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- › o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- › a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- › o reconhecimento de proveitos; e
- › a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- › Alteração à IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

O Grupo não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 – Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- › Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como

II Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

II

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (*Fair Value option*) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montante registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros:

Divulgações – Transferências de activos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

III Relatório e parecer do Conselho Fiscal

III Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2010

Senhores Accionistas,

1.

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade o Conselho Fiscal da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., no exercício das suas competências, e após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas, individuais e consolidados, preparados pelo Conselho de Administração, que acompanham o Relatório de Gestão, relativos ao Exercício de 2010, vem apresentar o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos elementos de prestação de contas.

No Relatório e Parecer agora apresentado, o Conselho Fiscal engloba os resultados da análise e verificação a que procedeu às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que traduzem a agregação da actividade anual do conjunto de empresas que compõem o universo da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.

2.

O Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., através dos contactos que periodicamente manteve com o Conselho de Administração e com os Serviços, tendo sempre obtido toda a informação necessária ao desempenho das funções de fiscalização.

3.

O Conselho Fiscal analisou também a Certificação Legal das Contas emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e obteve desta, igualmente, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

4.

No Relatório de Gestão que elaborou o Conselho de Administração explicita a forma como se processou a evolução dos negócios em ambiente económico globalmente recessivo. Refere em pormenor os principais acontecimentos que, no decorrer do exercício, caracterizaram o conjunto das actividades do Grupo nos ramos de seguros e da gestão de fundos de pensões, movimentos que lhe conferem posição de relevo no conjunto das seguradoras e a manutenção da liderança no segmento dos fundos de pensões.

Para o Conselho Fiscal, em síntese, tendo presente que em 2010 o sector segurador apresentou, face ao ano anterior crescimento significativo de 12,6%, deve ser evidenciado:

4.1 Na perspectiva do posicionamento do Grupo no mercado específico em que opera:

- › a manutenção da sua posição de forte grupo segurador nacional, atingindo, no final de 2010, as quotas de mercado ao nível de prémios, global de 11,9%

(16,3% em 2009), no ramo Vida de 14,2% (20,8% em 2009) e no ramo Não Vida de 5,3% (5% em 2009).;

- › a manutenção da liderança do mercado ao nível de provisões matemáticas do ramo Vida;
- › a posição ocupada na área de Fundos de Pensões representando uma quota de mercado de 34,2% e um volume de activos sob gestão de 6.718 milhões de euros, inferior em 5,1% ao valor do ano anterior;
- › a redução dos capitais próprios em 144 milhões de euros, decorrente exclusivamente do decréscimo contínuo da reserva de reavaliação,
- › a obtenção de um resultado líquido consolidado de 114,1 milhões de euros, em 17,9% superior ao registado em 2009.

4.2 Em termos de produção consolidada do Grupo, e onde a evolução global do sector registou um aumento do volume de prémios de 12,6%, a MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A.:

- › registou um volume de prémios de seguro directo e de contratos de investimento de 1.946 milhões de euros;
- › obteve, relativamente ao ano anterior, no ramo Vida um decréscimo produção de 20,3% e nos ramos Não Vida um crescimento de 6,8%, devendo salientar-se que a evolução do mercado segurador nacional registou acréscimo de 17,2% no ramo Vida e de 0,9% nos ramos Não Vida;
- › alcançou uma margem técnica consolidada, antes de imputação de custos administrativos, de 257 milhões de euros, superior em 11,1% à que foi registada em 2009;
- › apresentou um rácio de solvência consolidado de 183%..

5.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral da MILLENNIUMBCP AGEAS – Grupo Segurador, SGPS, S.A., aprove:

- › o Relatório, o Balanço e as restantes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Sociedade, do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010;
- › a proposta de apresentação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 2011

O Conselho Fiscal

Joaquim Patrício da Silva (Presidente)

José Rodrigues de Jesus (Vogal)

António Fernando Nogueira Chaves (Vogal)

III Relatório e parecer do Conselho Fiscal

IV Relatório do Revisor Oficial de Contas



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 13.223.280.268 euros, e um total de capital próprio de 1.145.084.457 euros, incluindo um resultado líquido de 114.097.047 euros), a Demonstração dos resultados consolidados, as Demonstrações consolidadas do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos seus capitais próprios consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas;
 - a verificação das operações de consolidação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.**, em 31 de Dezembro de 2010, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, os fluxos de caixa consolidados e as alterações nos capitais próprios consolidados referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 15 de Março de 2011



KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

MILLENNIUMBCP AGEAS

Tagus Park – Edifício 10 · 2744-005 Porto Salvo · Portugal

T: 21 004 24 90 · **F:** 21 006 68 65